



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**JORNALISMO CIENTÍFICO, SEUS MITOS E PATOLOGIAS: ANÁLISE DAS
CAPAS FEMININAS DA REVISTA VEJA SOBRE SAÚDE ENTRE 1998 e 2004**

LUANA FERNANDES SEVERIANO

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**JORNALISMO CIENTÍFICO, SEUS MITOS E PATOLOGIAS: ANÁLISE DAS
CAPAS FEMININAS DA REVISTA VEJA SOBRE SAÚDE ENTRE 1998 e 2004**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo

LUANA FERNANDES SEVERIANO

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vaz

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Jornalismo científico, seus mitos e patologias: análise das capas femininas da revista veja sobre saúde entre 1998 e 2004**, elaborada por Luana Fernandes Severiano.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Ilana Strozemberg
Doutor em Letras pela Faculdade de Letras - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Marcio Tavares D’Amaral
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2015

FICHA CATALOGRAFICA

SEVERIANO, Luana Fernandes.

Jornalismo científico, seus mitos e patologias: análise das capas femininas da revista veja sobre saúde entre 1998 e 2004. Rio de Janeiro, 2015.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vaz

SEVERIANO, Luana Fernandes. **Jornalismo científico, seus mitos e patologias: uma análise das capas femininas da revista veja sobre saúde entre 1998 e 2004**. Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO Monografia em Jornalismo.

RESUMO

A partir de uma preocupação sobre o real papel do jornalista científico, este trabalho traça uma análise teórica da abordagem de assuntos relativos à saúde pela mídia, levando em consideração os seguintes fatores: juízo de verdade, critério de seleção daquilo que é notícia entre a produção científica, uso de fontes duvidosas e linguagem sensacionalista. Diante de uma cultura científica permeada por interesses políticos e econômicos, trabalha-se a hipótese de ausência do contraditório no jornalismo científico, além de problemáticas relativas ao caráter mercadológico das publicações. Como forma de identificar tais problemas na prática do ofício, o estudo apresenta uma análise de caso sobre como a revista *Veja* abordou a temática da saúde entre os anos de 1998 e 2004. Também foi levantada uma discussão sobre gêneros com relação ao que seria o público-alvo desse tipo de matéria, diante da prevalência de capas femininas quando o assunto é saúde.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em quem continuo acreditando e a quem peço forças diariamente. E acredito estar sendo atendida.

Ao líder humanitário Sri Sri Ravi Shankar por ser exemplo, inspiração, guia e o meu melhor amigo.

Ao Dr. Nelson Souza e Silva, professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que despertou o meu interesse sobre o tema e, muito generosamente, me ajudou início da pesquisa.

Ao meu orientador, o professor Paulo Vaz, por todo carinho, paciência, auxílio e pelas maravilhosas aulas de Comunicação e Psicologia.

Ao professor Marcio D'Amaral, por suas incríveis aulas, transbordante sabedoria e delicadeza.

À professora Ilana Strozemberg, por toda a ajuda desinteressada e disponibilidade.

À professora Maria Cristina Franco Ferraz, pelas inspiradoras e iluminadas aulas de Comunicação e Literatura III, tão fundamentais para que o período de 2015.1 fosse diferente dos seis anteriores. Quiçá, por uma mudança no rumo da minha vida.

Aos amigos do período 2008.1, que tanto me apoiaram e ensinaram durante essa jornada; às amigas Diana Larsen, Lara Gama Vidal e Natália Chaves, pelas conversas e incrível sensibilidade; aos amigos Fernanda Fernandes, João Pedro Dutra Maciel e Renata Rodrigues por não me deixarem esquecer da importância de finalizar esse ciclo; e à amiga Nathasha Ísis, por toda a cumplicidade durante os anos de faculdade.

À Escola de Comunicação da UFRJ, por ter mudado a minha vida.

Aos meus pais, por me terem dado a vida.

A mim, por não ter desistido.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	JORNALISMO CIENTÍFICO.....	3
	2.1 O conhecimento científico.....	6
	2.1.1 Um breve olhar sobre as bases da ciência contemporânea.....	10
	2. 1.2 A ciência como mito.....	21
	2.2 A prática jornalística.....	23
3	JORNALISMO CIENTÍFICO, SAÚDE E COMPORTAMENTO.....	35
	3.1 A patologia das fontes.....	40
	3.2 O discurso mercadológico.....	45
	3.3 A linguagem jornalística.....	48
4	ANÁLISE DAS CAPAS DA REVISTA VEJA	52
5	CONCLUSÃO.....	63

1 INTRODUÇÃO

Desde que o homem ocidental deixou de tomar as suas decisões a partir de orientações divinas (mediadas pelo clero), novos agentes e valores passaram a habitar o lugar de norteador de comportamentos. De acordo com a história, a laicização da esperança cristã de salvação veio com a transferência dos poderes dados à Igreja Católica (representação de Deus na Terra) para instituições científicas. O ser humano deixou de ver em Deus a razão e causa de tudo que lhe acontecia para assumir cientificamente as consequências de todos os seus atos. Ou melhor, para construir uma cultura de valorização da vida, a partir de conhecimentos que lhe proporcionassem o adiamento da morte e a redução de sofrimentos.

A partir de então, tudo o que diz respeito à promoção da saúde passa a ter importância. O corpo passa a ser uma temática de grande interesse para os indivíduos e se torna um assunto recorrente na mídia. Revistas especializadas em ciência e saúde surgem e veículos voltados para as grandes massas passam a abordar esses temas em editoriais específicas. Aliado a esse movimento, um grande mercado, envolto de interesses políticos e econômicos, passa a enxergar essa eleição da saúde como valor maior a orientar as decisões do indivíduo com uma maneira eficaz de obter lucro.

Os cientistas e especialistas passam não apenas a procurar pela cura de doenças, mas também por formas de preveni-las, o que é essencial a uma sociedade que almeja um corpo saudável, aparentemente jovem e, em última instância, imortal. Com base essencialmente no cultivo de hábitos saudáveis, na identificação dos fatores de risco que propiciam o aparecimento das mais variadas enfermidades e distúrbios, especialistas procuram por formas de prevenção e proteção do corpo aos males que assolam a humanidade.

As inovações e descobertas da ciência se tornam cada vez mais poderosas e impactantes, especialmente com a evolução da tecnologia, e ganham mais e mais espaço nas páginas de jornais e revistas, nos sites e na TV. A mídia e o jornalismo científico entram nessa dinâmica mediando a relação entre ciência e especialistas com o público leigo, através da difusão das descobertas e saberes referentes à saúde. Os indivíduos se mostram ávidos por conteúdo relacionado a uma área do conhecimento que tem, como função última, encontrar mais e mais formas de controle sobre a vida.

Diante da dimensão que os assuntos de ciência e saúde adquiriram para a sociedade, parece necessário, portanto, refletir sobre a prática do jornalismo científico e as problemáticas que ela apresenta no início do século XXI, diante de tantos interesses mercadológicos que circundam esse universo. Dessa forma, o presente trabalho tem como

objetivo discorrer teoricamente sobre como a mídia retrata a ciência, considerando variados aspectos: critérios de seleção das pautas, o valor mercadológico por trás das escolhas, juízo de verdade atribuído à ciência, espetacularização do tema pelos veículos de comunicação, a presença do fator de risco na mídia.

A análise teórica será realizada a partir de pesquisas a obras de diversos autores que trabalham com o jornalismo científico, como Wilson Bueno e Warren Burkett. Para abordagens mais específicas, como as relacionadas ao fator de risco na mídia, culto ao corpo, análise do discurso midiático e busca pela imortalidade, servirão de base trabalhos de Paulo Vaz e o livro *Selling Sickness*, entre outros autores e trabalhos especializados nesse tipo de abordagem.

No primeiro capítulo, um pouco da história e da realidade da produção dos conhecimentos científico e jornalístico serão expostos a fim de ser possível traçar uma linha de avaliação sobre os problemas e desafios enfrentados pela a prática do jornalismo científico, o qual carrega consigo toda a bagagem (mítica e real) associada ao conceito desses dois termos que compõem a expressão que dá nome, descreve e posiciona o trabalho a ser realizado dentro do universo de comunicação social.

No segundo capítulo, a cobertura de saúde ganhará destaque por circular, mais do que em qualquer outra editoria, entre as esferas pública e privada de uma forma curiosa, levando em consideração toda a imagem social e o papel de educador que ainda é atribuído ao jornalista científico. Uma discussão em torno de uma cultura da ciência que possui internamente um esquema de produção e divulgação pouco confiável será realizada e o real papel dos “escritores de ciência” questionado.

Não sendo capaz de levantar (e comprovar) suspeitas acerca da ética de cada profissional envolvido ou veículo que se propõe a fazer jornalismo científico, uma análise das capas sobre saúde de revista *Veja*, de 1998 a 2004, será proposta a fim de se verificar na prática como o discurso mercadológico apresenta-se em detrimento da informação de qualidade. O objetivo é avaliar o conteúdo das matérias para verificar como e a partir de quais recursos a cobertura de saúde tornou-se mais uma vitrine publicitária de artigos e pesquisas científicas, do que um lugar para discussão e reflexão sobre a produção científica. A escolha da revista *Veja* como veículo a ser observado deu-se pela facilidade de acesso às matérias, através do seu arquivo digital¹.

¹ Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em 01/06/2015

2 JORNALISMO CIENTÍFICO

“Mais de cinco mil pessoas, apenas nos Estados Unidos, consideram-se ‘escritores de ciência’² porque passam o tempo todo ou a maior parte dele escrevendo sobre temas das áreas de conhecimento organizadas conhecidas livremente como ciências”. Foi exatamente assim que, ainda em 1929, um professor da Universidade de Texas, o americano Warren Burkett, descreveu o cenário dessa então emergente especialização da prática jornalística em seu livro homônimo ao exercício em questão, *Jornalismo Científico*.

Subintitulado como um guia que ensina a escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação, uma das discussões que permeiam o livro é a verdadeira função dos chamados “escritores de ciência”. Se essa já era uma questão em meados do século passado, hoje, com o elevado número de pesquisas publicadas, a facilidade com a qual uma grande quantidade de pessoas tem acesso aos estudos científicos das mais diversas áreas do planeta (principalmente com o advento do marketing científico) e com o próprio aumento da procura por esse tipo de conteúdo, essa discussão parece se tornar ainda mais necessária.

Quando atentamos para as partes que compõe essa expressão, e que definem o conceito dessa especialização dentro do universo da comunicação social, é possível chegar à conclusão de que, ainda hoje (ou talvez até com maior incidência), nem todos os textos divulgados nos veículos midiáticos que tratam sobre ciência podem ser denominados como jornalismo científico. Uma vez que, a princípio, o papel de grande parte deles é apenas difundir informações sobre ciência (tecnologia, medicina, meio ambiente, etc.).

Jornalismo científico não se trata apenas de redigir sobre esses assuntos específicos. Como o próprio Burkett (1929) afirmou, ao escolher escrever jornalisticamente sobre ciência, o profissional em questão teria “um papel a desempenhar no engajamento de seus concidadãos num debate de grande importância para uma sociedade democrática” (p.1). Ou seja, deveria dar aos leitores ferramentas para um exercício de reflexão sobre o conteúdo exposto - assim como qualquer outro profissional de jornalismo, na teoria.

Disseminação e Divulgação Científicas, por exemplo, não são sinônimos de Jornalismo Científico. Fazem parte do conceito amplo do exercício, mas jornalismo (a princípio) é mais. No geral, a primeira tem como público-alvo os especialistas, os próprios pesquisadores e cientistas. Isto é, não existe o compromisso com a universalização do

² Expressão utilizada pelo autor para referir-se aos jornalistas especializados em escrever sobre ciência

discurso. Já a Divulgação Científica, apesar de frequentemente ser direcionada ao público leigo, preocupa-se mais com a democratização de pesquisas, inovações e conceitos de ciência e tecnologia. A busca pelo contraditório e a crítica ao conteúdo compilado, “traduzido” e reproduzido não costumam ser o foco.

Somando o que difere esses dois tipos de textos do objeto de estudo em questão, são exatamente essas três características que compõem a essência do conceito de um exercício jornalístico. Logo, se não é jornalismo, não pode ser jornalismo científico. Contudo, assim como Burkett já apontava em 1929, não é raridade outras modalidades textuais, apenas por terem como tema central a ciência, serem denominadas como tal. A confusão parece se estabelecer por esse tipo de material ser encontrado em meios de comunicação de massa nos quais (ainda hoje) muitos acham que se manifesta uma atividade isenta, a serviço da comunidade.

nem tudo que fala sobre ciência e está escrito em jornais e revistas é jornalismo científico. (...) uma coleção de fascículos sobre história da ciência e da tecnologia, encartada num jornal ou revista, não se constitui em exemplo de Jornalismo Científico. Ela está localizada no campo da editoração, que é outra coisa. O Caderno de Resenhas, publicado pela Folha de São Paulo, a partir de um acordo com a Universidade de São Paulo, discorre sobre temas de ciência, mas não faz qualquer concessão ao discurso jornalístico, nem tem qualquer compromisso com a atualidade. Alguns artigos publicados pela revista Ciência Hoje, da SABPC, escritos por pesquisadores, apesar de bem ilustrados, não podem ser incluídos na categoria Jornalismo Científico. Não porque não sejam bons, mas porque nada tem a ver com Jornalismo.³

No entanto, qual seria exatamente o problema? Pois, apesar de não poderem ser categorizados como jornalísticos, esses tipos de publicações (como a revista Ciência Hoje) possuem os seus méritos, valor, propósito e uma inegável importância para a difusão do conhecimento científico. Eles o traduzem para uma linguagem adequada à compreensão do cidadão comum, tornando esse tipo de saber acessível. Entretanto, o que chega para os leitores através desses veículos? Por que determinada pesquisa foi divulgada e outra não? Aquela informação é a única sobre o determinado assunto? O resultado é uma unanimidade dentro da comunidade científica?

Esses tipos de questionamentos levantam a hipótese de o problema não estar exclusivamente ligado ao conteúdo divulgado ou à forma como essa difusão é realizada,

³ Disponível em

<http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/conceitos/jornalismocientifico.php>.

Acessado em: 10/02/2015

mas ao entendimento que o leitor tem sobre a exposição de determinada informação; à dupla ilusão conceitual que textos, popularmente, identificados como jornalismo científico podem gerar de uma forma geral. Uma vez que neutralidade e objetividade são marcas fantasmas carregadas e difundidas por ambas as atividades que compõe a expressão que dá nome ao ofício em questão.

De um lado temos o “científico”, um termo que carrega o selo e o mito do supremo, quando, na verdade, assim “como em todo empreendimento humano, a ciência nem sempre produz a história de sucesso inquestionável” (BURKETT, 1929, p.3). Do outro, temos o “jornalístico”, cuja maior função seria ajudar os cidadãos a selecionarem e ponderarem sobre as informações divulgadas. O que, contudo, na maioria das vezes, não acontece.

De uma forma geral, em textos apenas mal-interpretados devido ao mito ligado à parte jornalística – por estar num veículo midiático, mas que na verdade não se apresenta como tal –, o problema poderia ser solucionado com um melhor posicionamento do canal envolvido. Entretanto, quando essa publicação assume o papel de desenvolver um conteúdo jornalístico e, no entanto, por algum motivo, no final das contas, acaba apenas por difundir certo saber - seja uma descoberta tecnológica ou pesquisa científica, um remédio ou até mesmo de uma doença ou problema ambiental – aí está o problema.

Quando alguém disponibiliza o seu tempo para ler ou assistir a um conteúdo que se diz jornalístico, ele o faz com a expectativa de que o texto passou por determinados critérios de produção que lhe conferem certa credibilidade. Além de uma reprodução acessível de discursos técnicos e uma divulgação, a maioria das pessoas acredita que nesse tipo de texto está sendo desenvolvido algum tipo de serviço público. Quando é percebida a ausência desse serviço ou existe alguma dúvida sobre a serviço de quem ou do que ele está sendo prestado, eleva-se aí o questionamento sobre o verdadeiro papel do jornalista científico e se ele, de fato, é uma realidade.

Obviamente, essa não é uma questão exclusiva da cobertura de ciência. Muito se questiona sobre o desempenho do exercício jornalístico nos veículos de transmissão de conteúdo para a grande massa. No entanto, uma vez que ainda há uma nuvem sobre o conceito de jornalismo científico e uma incompreensão (ingênua ou não) a cerca dos papéis e responsabilidades sociais desenvolvidos pela própria comunidade jornalística (tanto interna quanto externamente), ainda nos dias de hoje, torna-se de grande relevância uma avaliação e discussão em torno do papel dos “escritores de ciência”.

O jornalista científico não pode ser pensado como um mero tradutor do discurso científico, mas como um produtor de discursos, que saiba contextualizar os fatos, que enxergue além da notícia. O seu compromisso, afinal de contas, é com a sociedade ou com o interesse público e, por isso, ele precisa estar atento para o fato de que, muitas vezes, cada vez mais, existem conflitos entre a ciência, patrocinada por grandes interesses, e as demandas, expectativas e necessidades da maioria da população. (...) Conhecimentos básicos de história, sociologia e filosofia da ciência são fundamentais para sua formação, assim como critérios para a descoberta e avaliação das fontes (há pesquisadores – e não são poucos, comprometidos com interesses comerciais) e outras questões não menos importantes. (PORTAL DO JORNALISMO CIENTÍFICO⁴)

2.1 O conhecimento científico

Etimologicamente ligada ao exercício intelectual de busca por uma verdade dos seres e de tudo o que há e acontece no universo, a palavra ciência, por si só, já pressupõe uma visão inquiridora sobre um determinado objeto ou assunto. Do latim *scientia*, ciência significa conhecimento, *cognoscere*, que (também de origem latina) sugere a ação de conhecer pelos sentidos, por experiências: saber. Prática esta inerente ao ser humano.

O homem interpreta a si e ao mundo em que vive através de representações significativas da realidade às quais podemos denominar conhecimento. O processo de conhecimento é a busca incessante pelas respostas aos questionamentos que o homem elabora, sendo que as mesmas não surgem da noite para o dia, mas advêm do desenvolvimento intelectual, político, econômico e social do próprio homem. (SANTOS, 2007, p. 12)

No entanto, levando-se em consideração apenas a origem da palavra, pouco se poderia distinguir, por exemplo, o conhecimento científico do senso comum. Afinal de contas, como Lungarzo (1992) aponta, os fatos e objetos que interessam aos cientistas (a eletricidade, o calor, os fatos sociais) também são alvo da preocupação do não cientista e, como afirma José Carlos Rodrigues (2008), a própria ansiedade humana nunca dependeu “do esforço de sábios que fizessem pelos homens comuns o trabalho intelectual da pergunta e que dessem a estes, como dádiva, um sistema de respostas organizadas” (p. 15).

O próprio cerne das “verdades” produzidas e divulgadas por estas duas fontes de conhecimento, muitas vezes, é semelhante (quando não idêntico), justamente por

⁴ Disponível em:

<http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/conceitos/jornalismocientifico.php> Acessado em 19/06/2015

derivarem desse mesmo propósito: conhecer o que é sensível ao ser humano. Em inúmeras ocasiões, o que se pode observar, inclusive, é que, apesar das explicações mais minuciosas dos cientistas, nem sempre a diferença entre os depoimentos dessas duas classes é tão ampla, ainda que significativa quando o interesse vai além da funcionalidade instantânea da aplicação do conhecimento no dia-a-dia de um cidadão comum.

Todas as pessoas conhecem certos fatos, mesmo sem ter estudado ciência. Um copo de cristal quebra, quando submetido a um forte golpe, porque é frágil. A água começa a ferver aos cem graus de temperatura, pois os líquidos submetidos a uma fonte de calor começam a ferver a determinadas temperaturas e passam ao estado gasoso. Uma pessoa, em contato com um cabo de aço ligado a uma fonte de alta tensão, morre porque o aço é um metal e conduz energia. Essas são explicações de senso comum. Se as mesmas perguntas tivessem sido formuladas a um físico, talvez as respostas fossem apenas um pouco mais detalhadas. (LUNGARZO, 1992, p.11-12).

Assim, o que fixa a fronteira entre o conhecimento científico, o senso comum e outras formas de saber é a qualidade dos métodos utilizados para se chegar a eles. Isto é, a maneira de conhecer ou de justificar determinada informação. De modo simplificado, Lungarzo (1992) explica que esta diferença consiste no fato de o não cientista cingir-se a dados imediatos e o cientista buscar bases sólidas, justificativas claras e exatas, para organizar o seu conhecimento por um fim maior que o imediatismo.

Na teoria, o cientista não se contenta com a superficialidade e deseja atingir uma verdade incontestável sem variáveis. A partir desse pressuposto, embora o próprio conceito de ciência, até hoje, seja alvo de discussão entre filósofos que tentam definir a prática, existe um consenso a respeito de certas propriedades utilizadas no desempenho da atividade, que conferem a ela a credibilidade muitas vezes negada ao senso comum.

Podendo estar ligada apenas à teoria (hierarquização, organização e síntese dos conhecimentos) ou à atividade científica geral (trabalho em campo) - práticas que na verdade se completam -, a ciência propõe um exercício crítico sobre um determinado objeto (*a priori*, ao contrário do conhecimento contido, por exemplo, nos mitos), devendo ter alguma relevância para a cultura e a sociedade envolvidas. Usualmente identificada como um conjunto ou sistema organizado de conhecimento também deve passar, no mínimo, por duas etapas: a formulação de uma teoria e a sua justificação, como aponta Lungarzo (1992): “O cientista recorre aos fatos reais para se equipar com conhecimento. A elaboração deste produz teorias, que, por sua vez, são submetidas novamente à realidade para se conferir sua validade” (p. 15).

A esse conjunto de procedimentos organizados para obter, compilar, relacionar e testar os resultados dá-se o nome de método científico; e esta busca por algo sólido que justifique as suposições criadas pelos cientistas é o que difere, na teoria, a ciência de qualquer outra forma de saber.

Atualmente, a palavra ciência se contextualizou e traz consigo, além da ideia do conhecimento, a incessante busca pela verdade através de métodos específicos. (...) a palavra método advém do grego *méthodos* e significa caminhos para se chegar a um fim. Portanto, o método científico nada mais é do que um conjunto de regras ou caminhos a ser sempre seguido com o propósito de se descobrir a verdade sobre determinado evento. (SAMPAIO-JORGE, 2009, s/p)

Entretanto, há que se ter em mente que todo este processo - que muitas vezes confere à ciência um *status* de absoluta e, por assim dizer, de superior ao senso comum e a outras formas de saber - foi e continua sendo passível de contestação pela própria natureza de seus métodos. Em uma comparação com os teoremas matemáticos, o jornalista britânico Simon Singh (2014), especialista em ciências e matemática, afirma que uma teoria científica, ao contrário dos primeiros, nunca pode ser provada de modo absoluto, “ela é meramente considerada como altamente provável, com base nas evidências disponíveis” (SINGH, 2014, p. 36).

Na ciência apresenta-se uma hipótese para explicar um fenômeno físico. Se as observações do fenômeno são favoráveis à hipótese, então elas se tornam evidências a favor dela. Além disso, a hipótese não deve meramente descrever um fenômeno conhecido, mas também prever os resultados de outros fenômenos. Experiências podem ser feitas para testar a capacidade da hipótese em prever resultados, e se o resultado for bem-sucedido teremos mais evidências para apoiar a hipótese. Por fim, a soma das evidências pode ser tão grande que a hipótese passará a ser aceita como teoria científica. (SINGH, 2014, p. 36)

Singh (2014) explica que, por depender da observação e da percepção (ambas falíveis segundo ele), a chamada prova científica apenas pode fornecer aproximações em relação à verdade. De acordo com o jornalista, “até mesmo as ‘provas’ científicas mais aceitas contêm um pequeno elemento de dúvida dentro delas” (SINGH, 2014, p.36) e, por mais que sejam realizados experimentos, o cientista nunca terá certeza de que algo é verdade porque pode existir algum fator ainda não testado, alguma hipótese ainda não levada em consideração. “Existem milhões de arranjos diferentes e só é possível explorar uma pequena fração deles. (...) o cientista terá que viver com a hipótese de que um dia sua teoria poderá ser derrubada” (SINGH, 2014, p.38).

Em alguns casos, esta dúvida vai diminuindo ao longo do tempo ou este “pequeno elemento de dúvida” vai se reformulando - com os estudos e adventos da tecnologia. Entretanto, é comum também que se descubra que a prova científica estava totalmente errada, e ela cai. Aliás, é justamente desta “fraqueza”, como denomina Singh (2014), que surgem as revoluções científicas e o famoso encanto da “senhora da verdade contemporânea” se mostra.

Por exemplo, a busca pela partícula fundamental da matéria envolveu gerações de físicos derrubando, ou no mínimo aperfeiçoando, as teorias de seus antecessores. A busca moderna pelos tijolos da construção do universo começou no início do século XIX, quando uma série de experiências iniciadas por John Dalton sugeriu que tudo era composto de pequenos átomos e que átomos eram fundamentais. No final do século, J. J. Thomson descobriu o elétron, a primeira partícula subatômica conhecida, e daí para a frente o átomo não foi mais fundamental ou indivisível. Durante as primeiras décadas do século XX, os físicos criaram uma imagem “completa” do átomo – um núcleo formado por prótons e nêutrons, orbitado por elétrons. (...) Então, experiências com raios cósmicos revelaram a existência de outras partículas fundamentais – os píons e múons. Uma revolução ainda maior aconteceu em 1932 com a descoberta da antimatéria – a existência de antiprótons, antielétrons, antinêutrons etc. (...) Isso durou até a década de 1960, quando surgiu a ideia do quark. (...) Na próxima década até mesmo a ideia das partículas como objetos puntiformes pôde ser substituída pela ideia de partículas como cordas. (...) a moral da história é que os físicos estão continuamente alterando sua imagem do universo, quando não a apagando, e começando tudo de novo. (SINGH, 2014, p.36-37)

Em uma comparação realizada por Singh (2014) - na ocasião, um pouco desmerecedora -, o jornalista chegou a declarar que “a ciência funciona por um sistema semelhante ao da justiça. Uma teoria é considerada verdadeira se existem evidências suficientes para apoiá-la ‘além de toda a dúvida razoável’” (SINGH, 2014, p.38). Seguindo a comparação proposta, outros pontos de interseção podem servir de apoio para se compreender mais sobre conhecimento científico.

A subjetividade sustentada por um arbítrio coletivo previamente organizado a partir de algum tipo de interesse, talvez, seja o mais importante deles. Ambos servem a uma determinada conjuntura socioeconômica e têm como agentes os olhos, as mãos e os julgamentos de seres humanos que veem e agem de acordo com as possibilidades, crenças e questionamentos de uma determinada cultura e época. Normalmente, movidos pelo interesse de quem a produz. As perguntas “Quem?”, “Quando?” e “Em que condições?” também deveriam ser similaridades quando na análise ou desfrute das conclusões e “verdades” de ambas as senhoras.

Por maior que seja o compromisso do cientista com a busca por uma “verdade” do *ente* em questão, o que se percebe, ao longo do tempo, é que as respostas encontradas por ele são válidas, normalmente, apenas para um determinado grupo de pessoas, num dado momento da história. A “verdade”, seja ela científica ou não, *a priori* e à exceção de algumas formas de saber cujos teoremas formulados perduram por séculos (como os teoremas matemáticos), mostra servir à verdade de seu tempo e, provavelmente e naturalmente, com o tempo ela vai sendo contestada, destruída, reformulada e interpretada de modo diferente, como é possível verificar ao longo dos séculos. Ou seja, uma informação totalmente passível de questionamento e de verificação.

Em uma civilização científica, a ideia de Verdade introduz imediatamente as de objetividade, comunicabilidade e unidade. Para nós, a verdade se define em dois níveis: por um lado, conformidade com alguns princípios lógicos, e, por outro, conformidade com o real, sendo, desse modo, inseparável das ideias de demonstração, verificação e experimentação. Dentre as noções que o senso comum veicula, a verdade é, sem dúvida, uma das que parece, também, relativamente simples. Entretanto, basta considerar que a experimentação, por exemplo, que sustenta a nossa imagem do verdadeiro, só se tornou uma exigência numa sociedade onde era tida como uma técnica tradicional, ou seja, numa sociedade onde a física e a química conquistaram um papel importante. É possível, então, perguntar-se se a verdade como categoria mental não é solidária a todo um sistema de pensamento, se não é solidária à vida material e à vida social. Os indo-iranianos possuem uma palavra que é traduzida corretamente por Verdade: Rta. Mas Rta é também a oração litúrgica, a potência que assegura o retorno das auroras, a ordem estabelecida pelo culto dos deuses, o direito, em suma um conjunto de valores que quebram a nossa imagem de verdade. O simples dá lugar ao complexo, e a um complexo diversamente organizado” (DETIENNE, 1988, p.13)

2.1.1 Um breve olhar sobre as bases da ciência contemporânea

Tendo como parâmetro a história do mundo ocidental, a civilização grega pode ser apontada como a primeira a desenvolver um conhecimento racional desligado do mito e da crença do sobrenatural. Ou seja, considerado como laico. Berço do pensamento filosófico ocidental e da democracia, não é de se estranhar que nela também tenham-se desenvolvido algumas das bases do conceito que identificamos hoje como ciência e de outras formas de conhecimento, como a argumentação lógica.

Apesar de ainda não poder ser considerada como científica, pois o saber naquela época, num primeiro momento, era apenas contemplativo, fruto da interpretação de alguns pensadores que não tinham a intenção de transformar, apenas de compreender o *cosmos* em que viviam (SANTOS, 2007), foi na Grécia Antiga que, pela primeira vez, a busca por

explicações sobre os fenômenos naturais passa a ir além do imaginário social, tornando-se uma construção mental a partir de uma investigação.

No aspecto científico, os gregos conseguiram se destacar de todos os povos da antiguidade. Isto porque eles não se conformaram com explicações simplistas e procuraram encontrar uma resposta mais lógica para fenômenos da natureza [...]. A filosofia grega é importante, sobretudo, se levarmos em conta que, até então, as explicações de problemas, tais como origem do universo, lugar do homem no mundo, o que é o homem, resumiam-se às lendas mitológicas, aceitas como verdades incontestáveis (FARIA, 1984, p. 65 e 66).

O auge deste novo modo de olhar para a multiplicidade do universo (*physis*) foi marcado pelas teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles. Ao contrário de seus antecessores, os sofistas, que estavam bem no meio entre o pensamento mítico e o lógico e se aproveitavam do conhecimento dito superficial e da retórica para impressionar e criar teorias e experiências, o conhecimento buscado por estes três filósofos (cada um com suas especificidades) procurava a essência das coisas e a verdade do real a partir do bom trabalho do *logos*, construído no pensamento pela razão humana.

Sócrates, com suas ironias metodológicas e seu alto poder de argumentação, estimulou o poder da reflexão; Platão, com sua desconfiança no mundo sensível, acreditava que só através da *episteme*, do conhecimento real das essências, das ideias imutáveis, objetivas e universais, era possível conhecer o mundo como ele é de fato. Para ele, a verdade estava no plano das ideias, intocáveis pelos sentidos humanos, e a matemática, a geometria e a astronomia eram ferramentas fundamentais a todo pensador no processo de elaboração de um conhecimento.

Discípulo de Platão, Aristóteles acreditava que tudo o que havia no mundo sensível era substância, composta por duas esferas: ideia e matéria. No entanto, ao contrário de seu mestre, ele baseou seus estudos em processos de experimentação direta da natureza, sem desvalorizar tanto os sentidos humanos (ainda que sem métodos de verificação experimental). “Nada está no intelecto sem antes ter passado pelos sentidos”, dizia o filósofo. A biologia e a física, por exemplo, se beneficiaram bastante de seus achados. Mas não foram as únicas.

Aristóteles também contribuiu para o reconhecimento e desenvolvimento do papel da razão humana. Embora não fosse um materialista, para ele, a explicação para o mundo sempre esteve no próprio mundo e não em um lugar suprassensível, como para Platão. De acordo com a sua lógica, o mundo sensível só pode ser apreendido pela razão, e só por ela

é que se pode conhecer as coisas em sua essência (o que para ele está diretamente relacionado com a funcionalidade delas no mundo), em potência e ato.

(...) não posso ter ideia de um teiú (lagarto) sem ter observado um diretamente (...). Sem isso, "teiú" é apenas uma palavra vazia de significado. Igualmente vazio ficaria nosso intelecto se não fosse preenchido pelas informações que os sentidos nos trazem. Mas nossa razão não é apenas receptora de informações. Aliás, o que nos distingue como seres racionais é a capacidade de conhecer. E conhecer está ligado à capacidade de entender o que a coisa é no que ela tem de essencial. (...) Conhecer é saber qual a causa de algo. Se tenho uma dor de estômago, mas não sei a causa, também não posso tratar-me. Conhecendo a causa é possível saber não só o que a coisa é, mas o que se tornará no futuro. Pois, se determinado efeito se segue sempre de uma determinada causa, então podemos estabelecer leis e regras, tal como se opera nos vários ramos da ciência.⁵

O legado do jovem filósofo grego foi tão importante para o desenvolvimento de métodos inquiridores que foi resgatado por outros estudiosos mais à frente. No século XVII, por exemplo, Francis Bacon, “pai” do chamado empirismo inglês, escreveu o *Novoum Organum*, uma referência à gigantesca obra escrita por Aristóteles, a qual após o seu falecimento foi denominada *Organon* (o instrumento da ciência). “Essa obra expunha essencialmente os princípios da lógica, mas também as aplicações da lógica às ciências” (Lungarzo, 1992, p. 32). O método da indução, por exemplo, também foi proposto por Aristóteles como um dos caminhos possíveis para se chegar ao conhecimento verdadeiro.

Neste período, os gregos estabeleceram as primeiras relações gerais da matemática, inseridas na aritmética e na geometria, e foram estabelecidos conceitos que poderiam ser aplicados em uma infinidade de casos concretos, como o Teorema de Pitágoras e as relações dos lados do triângulo por Tales de Mileto. (SANTOS, 2007, p.18)

Mais adiante, embora muitos pesquisadores tenham conferido à Idade Média (século VI A.C. ao século XV) a qualidade de um período decadente, pelas inúmeras invasões territoriais, frequentes guerras e ampla intervenção da Igreja Católica - chegando a ser denominada pelos renascentistas de “Idade das Trevas”-, este foi um período de grande agitação em torno dos meios pelos quais as pessoas adquiriam conhecimento sobre o mundo. Um período conturbado que fomentou grandes mudanças de paradigma. Foi neste momento, por exemplo, que surgiram as universidades.

⁵ Disponível em: <http://www.psicoloucos.com/pensadores/aristoteles/teoria-do-conhecimento>. Acessado em. 17/04/2015

Além de toda a miscigenação, formação de novos idiomas e da mescla de valores da sociedade antiga com os povos germânicos (geradas principalmente pela queda do Império Romano), foi também na Idade Média que começaram a se formar as bases da civilização ocidental e os conceitos-chave da sociedade moderna, como cidade, nação e Estado; e nem toda a interferência, controle e supremacia da Igreja Católica sobre a produção e divulgação do conhecimento na época foram suficientes para causar a total estagnação da produção de pensamento e da sociedade de maneira geral.

Durante boa parte do período medieval, o poder clerical foi, sim, o maior obstáculo para o progresso nas buscas por conhecimento. Com toda a sua força política, a autoridade da igreja impunha a sua doutrina como verdade incontestável e o conhecimento divulgado era apenas o que reafirmava seus valores e ideais pregados. “As noções verídicas encontradas nos escritores antigos eram tidas por estes sábios [ligados ao clero] como ideias fantásticas” (PRIMON *et al*, 2000, p. 37), e toda e qualquer tipo de informação que se afastava dos dogmas católicos, que pudesse traçar novos caminhos ou levantasse questões sobre as suas verdades, era proibida ou reprimida pela igreja.

Nos tempos medievais ainda recentes, o universo era concebido como uma espécie de amálgama único, em que o natural, o divino, o humano se fundiam (...). Impossível dizer que houvesse um domínio de verdade da razão, diferente das verdades divinas. Impossível acreditar em verdades dos fatos, diferentes das verdades de Deus. Impossível aceitar qualquer outra verdade, diferente da do senso comum. (...) O próprio procedimento lógico de “investigar” a verdade, de procurá-la “no fundo”, ou “atrás” de alguma coisa, não era o que se praticava. Como Michel Foucault [1974] observou, a constatação da verdade era sem importância para as mentalidades medievais: a “prova” não consistia em “detectar” a verdade, ou em saber se algo “realmente” tinha acontecido. (...) a posição do juiz “não era a de um pesquisador tentando descobrir a verdade oculta e restituí-la na sua forma exata”, pois considerava verdade “o efeito produzido pela determinação ritual” e não uma relação de sujeito a objeto de conhecimento; (RODRIGUES, 2008, p.142-143)

Por estas e outras tantas razões, esse momento chegou a ser descrito por alguns estudiosos como retrógrado. No entanto, apesar de todo o obscurantismo do clero e do seu longo e encarniçado combate ao surgimento e à propagação de novas maneiras de se compreender e entender o mundo, as quais lentamente se manifestavam baseadas na experiência e na razão (tentando recuperar o legado dos filósofos da Antiguidade Clássica), tais empecilhos não foram de fato capazes de deter o desenvolvimento.

De acordo com Primon *et al* (2000), esta luta para inibir o desenvolvimento de novos métodos para se chegar ao conhecimento estava intimamente relacionada à

resistência do antigo modelo feudal ao novo sistema vinculado ao surgimento da burguesia. Assim, logo que a vitória da última se fez vigente, a sua aproximação com a religião não tardou a acontecer - até mesmo como uma estratégia para manter o *status quo* das massas mais populares (que continuariam a ser exploradas). Dessa forma, pouco foi possível fazer para evitar que estruturas como as universidades aparecessem.

Os novos rumos da cultura eram inevitáveis e a Igreja se apercebia disto. Assim, segundo Franco Jr. (1986), em 1179, no III Concílio de Latrão, a Igreja Católica reconheceu que as escolas clericais não eram suficientes e, sem abrir mão do controle, foi permitido a licença docente a todos que fossem considerados aptos por ela. Deste modo, surgiram as escolas privadas, embora ainda sob o monopólio da Igreja. Foram destas escolas que, no século XIII, após fixarem-se e unirem-se, deram origem às universidades. (PRIMON *et al*, 2000, p.37-38).

Longe de abrir mão de todo o poder que exercia sobre o conhecimento e sua divulgação, neste mesmo contexto em que as universidades surgiam, a igreja continuava a contrariar qualquer tentativa de descoberta dos segredos da natureza que fugisse da relação com o seu Deus, do que ela aceitava e entendia como verdade. Os que se atreviam a ter uma visão diferente, um pouco mais racional e menos catolicamente religiosa, eram considerados de reputação duvidosa e de perigosa associação com mágicos, feiticeiros e alquimistas; “isto é, com os conspiradores dedicados a descobrir os segredos que Deus velara de mistérios” (PRIMON *et al*, 2000, p.38).

Dentro das próprias universidades do final da Idade Média, de acordo com Rodrigues (2008), o que se via ainda não era, de fato, uma quebra de paradigma. O saber ali dentro discutido e adquirido não provinha de uma investigação por métodos que hoje poderíamos chamar de científicos. Normalmente, tudo era discutido por intermédio de rituais baseados na oralidade, na simples transmissão e cruzamento de conhecimentos já existentes; algo que surgia “por estratégia, não por método” (RODRIGUES, 2008, p.143). Entre eles, o mais célebre e conhecido era a *disputatio*.

Na *disputatio* se dava o confronto de dois adversários que utilizavam a arma verbal, os procedimentos retóricos, bem como demonstrações baseadas fundamentalmente no apelo à autoridade: recorria-se não a testemunhos de “verdade”, mas a testemunhos de força, pois, quanto mais autores um dos participantes tivesse em seu lado, quanto mais pudesse invocar testemunhas de autoridade, de força e gravidade, tanto maior a possibilidade de que viesse a sair vencedor. (RODRIGUES, 2008, p.143)

Um dos maiores exemplos da ainda forte influência da Igreja Católica dentro das próprias universidades é a escola de Oxford, o primeiro centro de erudição científica,

criado por Robert Grossteste. Mesmo possuindo a sabedoria grega e a razão como base, e seus mentores divulgarem que nada poderia ser percebido na investigação empírica sem a matemática e a geometria, e que a luz exprimia-se em números e modelos geométricos - à primeira vista ideias bem laicas -, a maior parte das teorias desenvolvidas ali estava intimamente ligada à religião. Seu próprio fundador “explica a criação fazendo uma comparação do seu estudo da luz com o que se lê no texto do Gênesis: ‘Faça-se a luz.’” (PRIMON *et al*, 2000, p. 40)

Heer (1968), menciona que Grossteste, adepto de Platão, explicava a estrutura do cosmos, relacionando a luz e sua energia como a base de toda causalidade da natureza. Por esta razão, as leis da óptica serviam de fundamento a todas as interpretações da natureza. O cosmos era a autorrevelação do princípio da luz. (...) Grossteste, conforme citação de Heer, fez com que sua teoria da luz, como princípio universal, servisse para ilustrar as relações da Santíssima Trindade. A luz seria o agente por meio do qual a alma agiria no corpo. (PRIMON *et al*, 2000: 39).

Oxford distinguiu-se pela sua combinação de cosmologia platônica, empirismo natural e investigação em matemática fundamental, mas, ainda assim, servia para defender, justificar e divulgar as ideias e ideais ligados à igreja. O que havia ali, de fato, era a circulação de conhecimento vinculado a interesses de uma classe específica que ainda obtinha poder na época. Prática que pode ser percebida por todo desenvolvimento de métodos de busca pelo conhecimento ao longo dos séculos.

Para Franco Jr. (1992), a mentalidade básica na Idade Média relacionava-se com a visão racionalista do universo, produto da conjunção da filosofia grega com a concepção cristã de Deus. “Assim, aceitando a existência de uma unidade cosmológica, o homem medieval via todas as coisas ligadas entre si.” (PRIMON *et al*, 2000, p. 40)

Parte da transformação histórica, social e cultural que estava por vir teve seus primeiros sinais dentro da própria igreja, durante a baixa Idade Média, com pensadores como São Tomas de Aquino e o monge franciscano Roger Bacon. Aquino valorizava a razão e a buscava na racionalidade humana justificativas para existência de Deus, sob a influência dos pensamentos de Aristóteles, e Bacon enfatizou o empirismo e lançou as bases do método experimental usado até hoje pelas ciências naturais. “Dois religiosos devotos que não questionavam a fé como único caminho seguro para as verdades fundamentais”.

A Igreja, temendo perder sua autoridade, reprimia toda ideia que poderia traçar novos caminhos para a ciência, impedindo seu livre desenvolvimento. Mesmo assim, houve alguns sábios na Idade Média que

ousaram com algumas ideias e descobertas novas. Um deles foi Roger Bacon, que no século XIII foi condenado pela Igreja Católica ao encarceramento por ensinar que a experiência e a matemática eram a base da verdadeira ciência. (PRIMON *et al*, 2000, p. 37)

Segundo PRIMON *et al* (2000), Bacon e Ramon Lull foram os mais se destacaram por tentar romper, mesmo que parcialmente, com as supremacias vigentes, visto que vislumbraram problemas futuros ligados à força do cristianismo europeu em detrimento ao saber que as outras religiões tinham a oferecer. Sem propor uma ruptura com a Igreja Católica - muito pelo contrário, visto que, pertencentes à escola de Oxford, eles tinham a religião como condição básica para o esclarecimento - eles acreditavam que o conhecimento total só viria da junção de outras fontes, como as sabedorias árabe, judaica e cristã.

Bacon via que o objetivo das cruzadas era falho e de ordem bélica e deveria, portanto, ser substituída por cruzadas de sabedoria com objetivo de dominar apenas as almas. O clero, bem como todas as ordens, estava corrompido, o orgulho, a avareza, a sensualidade e a devassidão eram paixões governantes. Até mesmo as universidades, principalmente a de Paris, eram corruptas. Os homens se iludiam quanto a viverem numa época de grande saber, um apogeu da ciência. As universidades se perdiam em discussões teóricas e experimentos que fugiam da realidade. A purificação do cristianismo só viria através da purificação da ciência. A teologia também precisava de purificação; entre seus sete pecados capitais, podia-se contar a concentração na filosofia formal e o esquecimento das ciências naturais. (...) Dentro dos princípios desenvolvidos por Lull, encontra-se a busca por uma linguagem científica universal, de modo que todos os homens pudessem se entender; o que para ele, propiciaria a paz universal. Lull também enfatizava a necessidade da reeducação do cristianismo europeu por meio da observação aos “mundos estranhos”, as religiões adversárias do cristianismo. Heer (1968) o considera um gênio universal e ousado por anteceder as idéias de problemas do futuro. (PRIMON *et al*, 2000, p.43-44).

Além das críticas feitas ao comportamento da Igreja Católica, Bacon e Lull deixaram outras significativas contribuições para o desenvolvimento de novas vertentes para se atingir o conhecimento. De acordo com Primon, Siqueira Júnior, Adam e Bonfim (2000), enquanto Bacon estava preocupado com a necessidade da experimentação para além de apenas um racionalismo teórico, já visualizando o mundo técnico no futuro, e propunha enriquecer a ciência com o empirismo (Bacon até chegou a ser chamado por alguns pensadores de “o cientista moderno”, apesar de ainda ter raízes medievais), Lull concentrou todos os seus esforços em relacionar “os princípios básicos de todo o

conhecimento de modo a possibilitar que todos os problemas, toda a ciência, toda a fé fosse decifradas” (PRIMON *et al*, 2000, p. 44).

O moinho, a máquina, o livro, o garfo, o vestuário. A hora, o relógio, a pessoa, a consciência e, enfim, a revolução. Apesar do pouco avanço técnico, o legado deixado por este período, antigamente considerado como de estagnação total da sociedade, foi significativo e as descobertas que surgiram nesta época tiveram grande relevância para o desenvolvimento da tão ovacionada ciência.

Mesmo com a interferência da Igreja Católica, que aos poucos ao longo da Idade Média foi sendo questionada, a mentalidade dos estudiosos foi mudando e teorias que aí surgiram serviram de base para pensadores que vieram depois realizassem grandes descobertas. A junção dos princípios básicos do conhecimento de Ramon Lull, por exemplo, deram condições para que Einstein desenvolvesse suas fórmulas universais.

Uma maior ruptura entre a busca por conhecimento e religião não tardou a acontecer. O misticismo e o ascetismo que marcaram a Idade Média começaram a ser desafiados pelo surgimento de novas posturas intelectuais que retomaram alguns dos valores gregos e romanos da Era Clássica, época em que o homem era o centro do mundo. Esse movimento ficou conhecido como Humanista e passou a motivar os homens a uma mudança de atitudes, ultrapassando os limites do simbolismo medieval. “Os homens passaram, então, a reconhecer a beleza do mundo natural e não apenas um mundo limitado por imagens sacras.” (PRIMON *et al*, 2000, p.45)

Para Marilena Chauí (1994), a razão, a partir desse momento, além de ser um critério de avaliação do conhecimento, é também um instrumento crítico para que possamos compreender as circunstâncias em que vivemos, com o livre arbítrio de podermos modifica-las ou melhorá-las. O modo de pensar e expressar tornou-se livre, com uma maior diversidade de interpretações sobre os acontecimentos e um pensamento baseado na racionalidade e não na aceitação dogmática das verdades da fé. (SANTOS, 2007, p.20)

Aliadas a esta mudança de percepção, vieram as grandes navegações, que estimularam ainda mais a curiosidade do homem que agora se deparava com um mundo desconhecido, muito além do conhecimento que se tinha na Antiguidade. A todo este fervor, que mescla a expansão e a mudança de atitude, foi dado o nome de Renascimento. De acordo com Foucault (*apud* RODRIGUES, 2008), “a substituição por outros [métodos] mais aproximados daquilo que hoje denominamos ‘ciência’, se deve [naquela época] à variabilidade dos critérios definidores e produtores de ‘verdade’”(p.143).

Estas modificações estão associadas às mutações essenciais das sociedades ocidentais: emergência de um poder político organizado sob a forma de Estado, expansão das relações mercantis à escala do Globo, triunfo das grandes técnicas de produção, etc. [Foucault, 1882, p. 117]. Estas mutações são extracientíficas, no sentido que são acontecimentos relativos à ordem social como todo. Desse modo, a ciência é mostrada como um produto, como uma instituição típica da sociedade europeia, associada a um momento particular de seus equipamentos de poder. (RODRIGUES, 2008, p.143)

Não por acaso, foi neste momento também que surgiram o papel e a imprensa; e, podendo ser produzido longe dos olhos da Igreja e mais rapidamente do que quando feito pelos copistas, o livro impresso possibilitou a difusão do pensamento renascentista para muito além dos domínios da Igreja e da universidade por ela condicionada.

Diante de todo este contexto histórico e da conseqüente Reforma Protestante, que promoveu ainda mais a ruptura entre ciência e religião, chega-se então à Revolução Científica, período no qual, pela primeira vez, foram ajustados os fundamentos conceituais, metodológicos e institucionais da ciência moderna. E, apesar de não haver nenhum avanço industrial ou tecnológico, “é neste período em que a ciência ganha nova conotação e se alia à técnica inaugurando um saber racional ativo, que busca a comprovação das teorias através de experiências práticas” (SANTOS, 2007, p. 23).

A chamada Revolução Científica, que começou no século XV e se prolongou até o fim do século XVI, gerou uma moderna concepção científica, afetando todos os campos da ciência, inclusive mudando as técnicas de investigação, os objetivos que o cientista estabelecia para si próprio indicando um novo papel que a ciência desempenharia frente a filosofia e a própria sociedade. (PRIMON *et al*, 2000, p. 45 e 46).

Como Maurício Rocha e Silva (*apud* SANTOS, 2007) afirma, se a investigação científica tivesse dependido da aplicação prática imediata, teria sido novamente atrasada de alguns séculos e, neste sentido, o período Renascentista contou com grandes personalidades que ajudaram a mudar o modo como o homem deveria estudar, analisar e representar o mundo em sua volta, como Nicolau Copérnico, Giordano Bruno, Galileu Galilei e Isaac Newton, que se utilizaram da experimentação para justificar e comprovar suas especulações. Algumas se tornaram teorias, estudadas e relevantes até hoje.

A quebra de paradigma foi total, porém crescente. Primeiro, o homem e a terra foram retirados do centro do universo e levados para um lugar sem importância. Nicolau Copérnico foi o autor da teoria heliocêntrica, que deu origem à grande revolução astronômica do século XVI. Em seguida, Bruno aprofunda mais este conhecimento e

passa a ensinar que o espaço universal é infinito; que o Sol não é o centro do universo, e sim apenas o centro do nosso sistema planetário, um dos infindáveis sistemas do mundo. Ambos se basearam em estudos matemáticos para comprovar suas teorias e tiveram suas obras condenadas pela Igreja.

A teoria de Copérnico foi um produto típico da especulação renascentista, demonstrando como derrubar ideias pré-concebidas e doutrinas aceitas, sendo possível chegar à uma nova síntese e formulação de uma visão nova da natureza. Além da visão que o homem tinha de si mesmo, mudou também o modo pelo qual ele encararia sua ciência. Não coloca mais a autoridade acima da observação e testa cada nova hipótese contra as experiências, já adquiridas. (PRIMON *et al.*, 2000, p.47)

Mais a frente, Galileu e Newton trataram de assuntos mais práticos. Com orientação empirista, isto é, testando suas técnicas no mundo real, ambos se utilizaram de técnicas matemáticas para compreender a natureza do mundo. Assim, para estabelecer a validade das abordagens que faziam, passaram a estabelecer novos princípios de justificação, através da experimentação. Segundo dos Santos (2007), para Henry (1998), a exemplificação da utilidade e abordagem da matemática à natureza talvez tenha sido a maior contribuição de Galileu para o desenvolvimento científico.

Galileu, crítico da teoria Aristotélica sobre o movimento, pesquisou o movimento da queda dos corpos iniciou a pesquisa sobre a gravidade e aproximou-se do que mais tarde seria chamada de Primeira Lei do Movimento de Newton. Sua abordagem matemática foi de fato tão eficaz que se tornaria a marca registrada da nova física que se desenvolveria nos séculos XVII e XVIII; razão pela qual o chamam de “pai da física matemática.” (...) Newton expôs os fundamentos das leis mais importantes do movimento dos corpos, com o que lançou as bases da mecânica científica, levando os conceitos esboçados por Leonardo Da Vinci e desenvolvidos por Galileu. Completou também o descobrimento de Kepler, explicando a força da atração universal. Portanto, a lei da gravitação explicava e unia num só sistema harmonioso toda a complexidade da mecânica celeste. (PRIMON *et al.*, 2000, p.48-49).

A partir deste momento, com a busca pelo conhecimento não mais atrelada ao poder e aos interesses da Igreja, todos os ramos do conhecimento sofreram grande desenvolvimento. Conforme a sociedade ia se desenvolvendo, a necessidade de uma maior compreensão em outras áreas foi surgindo, que não somente aos estudos das ciências naturais. Intelectuais passaram a ter interesse no desenvolvimento das ciências sociais, da matemática, da história natural, da medicina; as academias de ciência passaram a investir em campos como a da química, anatomia, fisiologia; e sociedades científicas especializadas foram surgindo.

O advento do experimentalismo e a crescente consciência dos que de fato proporcionavam o crescimento da sociedade, como os artesões de elite e os que estavam ligados à expansão marítima, à mineração e à metalurgia, fizeram com que a ciência começasse a apresentar um aspecto mais público, com suas consequências práticas se tornando evidentes na vida diária.

Foi durante o século XIX, em Glasgow, que a Associação Britânica para o Progresso da Ciência, foi fundada e criou a palavra cientista. Esta associação organizava encontros onde cientistas se reuniam para discutirem seus trabalhos e levá-los ao conhecimento do público. (PRIMON *et al.*, 2000, p.49).

Conferências científicas populares e instrutivas, assim como livros científicos populares, também se tornaram mais acessíveis à população, proporcionando o seu reconhecimento e avanço, cada vez mais ligeiro, atrelado, agora, ao desenvolvimento tecnológico. A partir do século XX, as descobertas científicas se aceleraram e um número maior de cientistas passou a trabalhar pelo desenvolvimento da tecnologia, facilitando novas descobertas para a ciência.

Como ressaltam Ramos, Neves e Corazza (2011), “diante desse novo cenário histórico, a ciência marcada por valores como a quantificação e os testes empíricos, recebe uma forma de legitimação de verdades, antes promulgada pela Igreja (Henry, 1998)”; e o positivismo, uma corrente de pensamento que tem sua origem o empirismo desde a Antiguidade, se consolida como uma concepção filosófica que influenciará a construção científica até o século XXI. É neste momento em que a ciência ganha o *status* de única forma de conhecimento válida e a sua utilização é considerada legitimadora de verdades.

Independente de suas vertentes, o positivismo caracterizou-se pela retomada de alguns aspectos da tradição iluminista. Entre eles, a tendência a considerar os fatos empíricos como a única base do verdadeiro conhecimento, pela fé na racionalidade científica como solução dos problemas da humanidade e uma confiança não crítica e superficial na estabilidade e no crescimento sem obstáculos da ciência (Reale, 1981). Outra característica marcante do positivismo baseia-se na idéia de que a ciência é progressiva e cumulativa na aquisição de conhecimentos científicos e, portanto, distinta e superior a qualquer outro tipo de conhecimento.⁶(Ramos *et al.*, 2011, p.87)

Durante o século XX, o que se pode observar, além de todo o avanço tecnológico, foi uma forte tendência da visão positivista e reducionista de mundo, separando o conhecimento em campos especializados, a teoria da prática, a ciência da ética, a razão do

sentimento e a mente do corpo. E toda a visão salvacionista e inquestionável que o conceito de ciência adquiriu neste momento adentrou o século XXI ainda conferindo à ciência uma posição tal como a Igreja e certos filósofos assumiram, a de incontestáveis.

2.1.2 A ciência como mito

Como Lungarzo (1992) já havia apontado, e é possível constatar nesta breve observação acerca do desenvolvimento da prática científica, o conhecimento científico não é incontestável e a verdade por ele produzida normalmente sempre pode ser modificada ou acrescida de algum detalhe que o transforme. Interesses políticos, pessoais, a conjuntura social e econômica, tudo interfere. Portanto, assim como Burkett (1990) o fez, é importante ressaltar que a produção do conhecimento é uma atividade humana, e que deve ser analisada de forma que toda esta subjetividade seja levada em consideração.

A ciência, então, pode e deve ser compreendida como a atividade humana que é. No entanto, é quase o oposto de como os cientistas geralmente se revelam na maior parte de sua própria literatura. Muitos aparentam desejar denegrir por completo a personalidade da ciência. Ao ler seus relatórios secos e desapaixonados nas publicações científicas, você poderia pensar que cada descoberta provém do pensamento frio e racional, do planejamento cuidado e da execução de experiências destinadas a dobrarem a natureza para que revele seus mistérios. Você nunca suporia, a partir da literatura, que a maior parte das experiências são fracassos. E também não pareceria que a ciência é uma arena desordenada de tubos de ensaio quebrados, falhas de energia, ratos morrendo e competição. (BURKETT, 1990, p.10).

Contemporâneo de Burket, Rodrigues (2008) é um pouco menos agressivo com relação à prática científica, mas concorda que, por maior que seja a tentativa de objetividade e neutralidade do cientista, a resposta científica também não deve ser considerada absoluta. Levando-se em consideração o que ele chama de “a cultura da ciência”, para Rodrigues (2008), a legitimidade da prática científica dentro dos conhecimentos racionais, de acordo com toda a sua história, depende previamente de uma espécie de fé nos poderes especiais da razão. As respostas científicas costumam ser válidas apenas para aqueles que nelas acreditam, aproximando-se dos mitos, uma vez que a credibilidade de ambos depende da confiança que os outros depositam neles.

Os conhecimentos científicos só poderão atuar como respostas efetivas na medida em que invadam e impregnem as vidas cotidianas e concretas de homens palpáveis, que resolvam aceita-las e absorvê-las profundamente com suas verdades. Acontece, entretanto, que neste ponto os conhecimentos científicos estarão diluídos entre mitologias, as opiniões, os senso comuns, os rituais, as ideologias... Consequência: não terão

mais (se algum dia o tiverem sido), nem objetivos nem neutros. Serão apenas mais uma crença, a se arvorar única, verdadeira e definitiva – como pretendem todas as ideologias, aliás. (RODRIGUES, 2008, p.17)

A partir deste argumento da fé, por exemplo, é possível, inclusive, explicar algumas questões polêmicas envolvendo a eficiência de estudos científicos que hoje já não são mais aplicáveis. Acreditando na impossibilidade de respostas absolutas e indestrutíveis, a Antropologia, por exemplo, de acordo com Rodrigues (2008), defende a ideia de que o simples fato e o ato de acreditar possui uma eficácia simbólica. Isto ajuda a explicar o funcionamento e o resultado positivo de algumas técnicas que atualmente já foram desconstruídas.

De acordo com Rodrigues (2008), na maioria dos enunciados, normalmente, há clara a existência de outras possibilidades e caminhos e de que há mais a se descobrir e mais dúvidas a serem respondidas e esclarecidas. Os próprios cientistas, segundo ele, têm se aproximado cada vez mais da convicção de que em ciência não se devem admitir proposições definitivas e derradeiras, “aceitando-se as teorias mais apenas na condição de serem as ‘melhores’ disponíveis em um determinado momento e sob o viés de determinadas preocupações intelectuais” (p.17). Isto é, totalmente passíveis de superação tão logo novas e melhores técnicas surjam para respondê-las e novas perguntas, a partir de novos prismas intelectuais, sejam feitas.

Assim como Simon Singh (2014) apontou esta “fraqueza” e este caráter “inevitavelmente mutável” da ciência como propulsores das revoluções dentro deste mundo, Rodrigues (2008) destaca que “o que faz um cientista é sobretudo a consciência que tem do *caráter fundamentalmente acientífico da ciência*” (p.17). De acordo com ele, os próprios cientistas são os primeiros a reconhecer as limitações e a relatividade dos chamados conhecimentos “objetivos” e “neutros”, das verdades “absolutas” e “definitivas” (aspas inseridas por RODRIGUES, 2008) e a não acreditar no mito da ciência, em neutralidade e objetividade.

É exatamente essa desconfiança o que lhe permite exigir métodos cada vez mais rigorosos (...). Mais que um dogma que lhe permita esmurrar a mesa e bradar “isto é uma verdade científica”, os cânones da ciência funcionam para o cientista como uma espécie de “utopia”. Verdade, objetividade, neutralidade, rigor... fazem parte desta utopia. E, como todas, esse é um lugar onde não se chegará jamais, um inexistente que se torna de certa forma existente e real através dos caminhos que nos propõe para atingi-lo: não seremos neutros jamais, mas faremos esforço nesta direção; nunca seremos objetivos, mas faremos esforço para tal... Criticando-se continuamente, utilizando a própria debilidade como força

maior, a ciência se faz. E se distingue dos outros sistemas de pensamento. (RODRIGUES, 2008, p.17-18)

Contudo, o que ocorre, na maioria das vezes, é que as informações e os conhecimentos científicos, tais como chegam à grande parte da população, divulgadas em sua maioria por meio das grandes mídias, acabam por serem veiculados como pílulas normativas, igualando a ciência à religião. A dinâmica questão-dúvida tão central e indissociável ao conceito e à prática científica (que normalmente assume suas fragilidades e produz um conhecimento posicionado) some e dá lugar a um conhecimento ancorado, sem espaço para contextualizações. Isto é, que serve ao pratíssimo, assim como a religião e o senso comum.

2.2 A atividade jornalística

Assim como a ciência, a prática jornalística nem sempre foi desempenhada nos padrões em que a conhecemos hoje. Além da figura mais característica do jornalismo - o repórter - não ter existido ou ter sido irrelevante nos primeiros 200 anos da história da imprensa (LAGE, 2001), ser jornalista já significou ter perfis, objetivos e responder a modelos bem diferentes da tríade “*on-line – on time – full time*” que parece sustentar o sistema ao qual serve atualmente.

No entanto, apesar de ter em sua história momentos de transições mais recentes (se comparados com os da prática científica) – e por isso de mais fácil lembrança, na teoria-, o exercício jornalístico carrega consigo mitos ligados a um ideal construído e almejado numa conjuntura bem específica. Ainda que características e práticas pertencentes a outras épocas tenham sobrevivido e o atual momento da história da comunicação entre massas exija outras competências e habilidades do profissional dessa área.

O jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro mass media, a imprensa. (...) um número crescente de pessoas passou a dedicar-se a tempo inteiro a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda. Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: as notícias, a procura da verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão, e a noção do jornalismo como um serviço ao público – uma constelação de ideias que dão forma ao emergente “polo ideológico” do campo jornalístico. (TRAQUINA, 2005, p.33-34)

Nesse cenário pós-Revolução Industrial, no qual o ideal de objetividade surgia num contexto onde os fatos não mereciam confiança, devido à eficácia da propaganda na I

Guerra Mundial e o surgimento das Relações Públicas, a atividade jornalística ganhou certo *status* de super-herói, mas (de uma forma geral) a sua prática nunca se igualou à teoria. Uma determinada imagem fincou no imaginário da sociedade, mas

Deve ter autonomia, isto é, operar sem intervenção direta de seu contratante; ter habilidade social, isto é, interagir com outros agentes, desenvolvendo, para isso, competência comunicativa; ser reativo, isto é, perceber o meio em que atua e responder em tempo aos padrões de mudança que ocorrem nele, e ser capaz de tomar a iniciativa, comportando-se de modo a cumprir sua tarefa. (LAGE, 2001, p.23-24)

Além de não conseguir corresponder a todas essas expectativas acima descritas (se em algum dia algumas o foram além disso), em sua base talvez nunca tenham deixado de existir algumas características bem marcantes de períodos anteriores ao entendimento do jornalismo como uma técnica que preza pela objetividade e neutralidade do material produzido, a partir de certos padrões de apuração e processamento de informações.

De acordo com Lage (2001), desde que o jornalismo surgiu, no início do século XVII, o paradigma desse tipo de texto informativo passou por algumas fases. Do publicismo à técnica desenvolvida nos cursos superiores de comunicação, passando pelo período sensacionalista, educador e de testemunho, na verdade, o que se constata é que fazer jornalismo, de acordo com a história, por um bom tempo (e ainda hoje), esteve ligado ao interesse de apoiar ou combater determinados modelos de poder político e/ou social.

Longe de corresponder a esse conceito de agente inteligente descrito por Lage (2001) como ideal contemporâneo da profissão, ser jornalista é antes de qualquer coisa, uma atividade humana, que se faz a partir determinados “saberes” sobre a construção de uma notícia – reconhecimento, procedimento e narração (TRAQUINA, 2005) -, que foram se profissionalizando ao longo do tempo, de acordo com o que cabia ou não mais dentro de determinadas conjunturas. Contudo, por essencialmente servir à fluidez das conjunturas socioeconômicas e culturais, o que se percebe é que a sua raiz nunca deixou de ser um tanto quanto subjetiva. Mesmo que o conceito de objetividade, para alguns não esteja ligado à negação da influência ideológica humana no ofício.

Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa. Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. (TRAQUINA, 2005, p.138-139)

Contudo, assim como o filósofo e político romano Cícero apontou (TRAQUINA, 2005, 33), “desconhecer a história é permanecer criança para sempre” - e isso pode custar caro. Carimbada com um selo heroico, é com uma inocência infantil que ainda parte da sociedade parece enxergar a prática jornalística em determinadas editoriais e a própria classe parece se autoanalisar também - negando ou se colocando acima de determinadas limitações e características próprias do ofício, desempenhadas desde o seu surgimento.

Diante das quatro habilidades descritas no conceito acima, ainda hoje - na era das mídias sociais, do elevado número de possibilidades e ferramentas de comunicação disponíveis e do auge da democracia da informação, segundo alguns afirmam- o ser autônomo e o serviço público talvez sejam as características mais difíceis a serem alcançadas pela prática jornalística e, ao mesmo tempo, as mais esperadas e cobradas diante da responsabilidade social histórica à qual o ofício acabou se atrelando.

Longe de levar a questão ao extremo do ceticismo - não acreditando na real possibilidade de um existir da prática jornalística norteadas pelo conceito que começou a moldar pós-Revolução Industrial- a reflexão sobre a sua história e o papel que o jornalista se propôs a desempenhar faz-se cada vez mais necessária, tendo em vista a o atual cenário de interesses políticos e econômicos em torno desse bem tão valioso no qual a informação se tornou, “produto de primeira necessidade, sem o qual o homem moderno não consegue gerir sua vida produtiva, programar seu lazer, orientar-se no mundo e, finalmente, formular sua opiniões” (LAGE, 2001, p.174).

existe um reconhecimento coletivo das responsabilidades específicas que os jornalistas têm no espaço público, responsabilidades julgadas essenciais ao funcionamento de todo o sistema democrático; responsabilidades que constituem elementos importantes de toda uma mitologia que foi construída ao longo dos últimos séculos. (RUELLAN *apud* TRAQUINA, 2005, p.35)

Dessa forma, é preciso cuidado, discutir perfis e analisar a cultura jornalística, sobretudo articulando aspectos teóricos com a prática. Precavendo-se contra a sustentação de mitos e reprodução de determinadas características que teoricamente já não deveriam condizer com o ofício. Analisar seus discursos com uma visão inquiridora, crítica e atenta, como que em um ciclo. Não que o público leitor não tenha condições de articular pensamentos e seus próprios meios de chegar a conclusões sobre o material divulgado pelas grandes mídias, mas diante da visibilidade atingida seria de bom tom prezar pela qualidade das discussões expostas à opinião pública.

Diante dessa problemática, algumas mudanças significativas no cenário mais tradicional da prática estão em trânsito - como a interação e a interferência direta do público em programas ditos como representantes do jornalismo sério no Brasil -, mas entender um pouco mais sobre a construção da imagem da profissão (tanto para a sociedade quanto para a própria classe em questão) parece ser a única maneira de evitar que determinados discursos acabem se difundindo, passando despercebidos por baixo do carimbo de material produzido jornalisticamente.

De acordo com Lage (2001), a imagem mais antiga e renitente da profissão é do publicismo. Na época de suas primeiras aparições, início do século XVII, os jornais circulavam com maior frequência nos centros de comércio e publicavam fatos de interesse comercial (ligados à burguesia) e político (ligados à aristocracia). O que se esperava do jornalista eram orientações e interpretação do que estava ocorrendo no cenário político. Ou seja, sua opinião. Algum tipo de serviço público existia - mesmo que limitado a interesses de determinadas classes-, mas a imparcialidade e a objetividade, de fato, nesse momento, não faziam parte do selo.

casamentos, viagens de príncipes, festas da corte (...) chegadas e partidas de navios, tempestades, atos de pirataria, de guerra ou revolução; mas isso era visto como atração secundária, já que o que importava mesmo era o *artigo de fundo*, geralmente *editorial*, isto é, escrito pelo editor - homem que fazia o jornal praticamente sozinho. A pretensão de orientar e interpretar estava sem dúvida ligada ao estilo, que era parecido com o dos discursos e proclamações (...) a linguagem dominante ficava entre a fala parlamentar, a análise erudita e o sermão religioso. (LAGE, 2001, p.10-11)

No Brasil, um exemplo moderno de publicista é Carlos Lacerda, segundo Lage (2001). A maioria dos leitores do jornal Tribuna de Imprensa comprava-o por causa dos artigos escritos pelo seu dono e o faziam com a certeza de que encontrariam ali uma opinião. Conheciam sua orientação política e interesses. Não havia dúvidas quanto ao posicionamento do seu autor e a intenção não era escondê-lo, mas afirmá-lo. Não à toa, as grandes posições políticas que Lacerda alcançou foi a partir dos textos que publicava em seu jornal.

Assim, foi durante esse período publicista que a figura do jornalista ganhou o *status* de grande - senão o principal - formador de opinião de massas. Segundo Lage (2001), intelectuais da época viam na figura do jornalista um poder absurdo sobre o público e costumavam avaliá-lo de acordo com critérios bem particulares, não tão distantes da atual realidade: “independente da qualidade da informação, ele é bom quando os fatos relatados

apontam para interpretação favorável a suas ideias e mau quando ocorre o contrário” (p.12).

Essa visão e prática publicista do jornalismo, apesar de criticada e negada por muitos veículos de comunicação que, na maioria das vezes, posicionam-se como isentos de influências econômicas, partidárias e de interesses pessoais, inegavelmente ainda existe. A diferença é que durante o período denominado por Lage (2001) como publicista, não existia um selo a ser preservado. Ou seja, não havia o que ser cobrado. Aquela era a realidade da profissão na época.

Atualmente, embora não mais presos à teoria da agulha de injeção, a partir da qual se dizia que o público apenas recebia o conteúdo sem nenhum poder crítico (cenário inimaginável nos dias atuais com a forte influência das mídias sociais), ainda (ou talvez até com mais ênfase) se faz necessário atentar para os interesses que estão por trás das publicações, justamente devido às máscaras, aos mitos criados e pelo surgimento de estratégias de marketing que se utilizam dos veículos jornalísticos como um canal de atuação.

As pessoas que detêm o poder ou se estabelecem em áreas de influência social costumam sustentar uma visão publicista do jornalismo. É por causa dessa concepção que políticos, economistas e dirigentes sindicais lutam para impor aos órgãos que controlam o palavrório empolado de seus discursos. (LAGE, 2001, p.11)

Teoricamente (quando pensamos em quebra de paradigmas), a mudança no estilo veio com a Revolução Industrial. Não apenas pela questão do maquinário e do advento do linotipo, mas, acima de tudo, pela conjuntura sociocultural e econômica da época. “Foi necessário mudar progressivamente o estilo das matérias que os jornais publicavam. A retórica do jornalismo publicista era impenetrável para os novos leitores” (LAGE, 2001, p.13). A nova realidade das cidades (expansão do comércio, surgimento e desenvolvimento de novas classes sociais) fez com a estrutura de poder da época enxergasse no jornalismo uma ferramenta não só mais de informação, mas de educação também. O público-alvo do jornal era o de pessoas comuns - não mais pertencente apenas à aristocracia ou à burguesia. Lage (2001) denominou esse período como o do jornalismo sensacionalista e educador.

A vertente educativa se explica porque a incorporação dos novos contingentes populacionais à sociedade industrial implicava mudanças radicais de comportamentos e da compreensão das relações humanas. (...) tudo mudava rapidamente. Daí o interesse que passam a ter, nessa época, os críticos – de literatura, de teatro, de moda, de costumes. O jornal ensinava às pessoas o que ver, o que ler, como se vestir, como se portar –

e mais: exibia, como numa vitrina, os bons e, para escândalo geral, os maus hábitos dos ricos e dos poderosos. A vertente sensacionalista justifica-se porque para cumprir a função sociabilizadora, educativa, devia-se atingir o público, envolve-lo para que lesse até o fim e se emocionasse. Precisava-se abordar temas que o empolgassem. O paradigma para isso era a literatura novelesca: o sentimentalismo, para as moças; a aventura, para os jovens; o exótico e o incomum, para toda a gente. A realidade deveria ser tão fascinante quanto a ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser. (LAGE, 2001, p.15)

Se esse não fosse um trecho retirado de um livro datado e referente a um determinado período anterior ao do jornalismo dito com técnica, objetivo e imparcial, seria possível pensar que se trata de uma descrição atual do ofício. Não é difícil identificar, dentro das características descritas, facetas do atual modelo praticado - inclusive pelo jornalismo que se diz sério. Partindo do pressuposto de que o jornal é um produto a ser consumido, construções a fim de atrair o público leitor sempre fizeram parte do ofício. Desde a definição dos critérios de noticiabilidade do veículo até a forma como o conteúdo é apresentado ao público.

Outro legado desse período foi a integração da imprensa com os interesses da economia. Já não financiados pela burguesia e pela aristocracia, as quais produziam o jornal para as suas próprias classes, os jornais passaram a falar para um grupo diferente e maior (LAGE, 2001). Logo, tiveram que integrar ao seu conteúdo os anúncios. Era necessário mais dinheiro para dar conta da mecanização implantada para atingir o contingente de pessoas desejado. Por sua vez, a presença de anúncios nos jornais dependia do número de leitores - assim como funciona até hoje - e para isso foi preciso mexer no conteúdo.

Durante o século XIX, sobretudo com a criação de um novo jornalismo - a chamada "*penny press*" - os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros, apontando com o objetivo fundamental o aumento das tiragens. Com o objetivo de fornecer um novo produto - as notícias, baseadas nos fatos. (TRAQUINA, 2005, p.34)

Em uma comparação deslocada, em invés de "literatura novelesca" para atrair o público, poderíamos destacar atualmente a preocupação com as capas, manchetes e narrativas sensacionalistas que rendem, além de um aumento no número de vendas dos veículos impressos, cliques e mais cliques nas páginas das mídias on-line. Ambas as plataformas financiadas por anúncios. Se, naquela época, em um primeiro momento, as novelas foram o artifício para atrair o público operário cansado da sua realidade maçante, hoje em dia, a chave parece ser temas bem específicos que lidam com desejos, anseios e

receios da população, a qual ainda busca no jornalismo, em determinadas editoriais, o seu caráter educativo.

Ainda nesse cenário socioeconômico das cidades pós-Revolução Industrial, que enfim surgem o repórter e o seu selo de defensor da democracia. Se a retórica publicista já não mais cabia, foi com o carimbo de esclarecedor dos “fatos reais” que o jornalismo se firmou perante a sociedade como o detentor da verdade. Além de mais mudanças no estilo (modalidade da escrita aproximando-se mais da oralidade, a importância dos títulos, dos furos), esse foi um período de revelações: “à medida que a figura do repórter se definia, que ele se tornava importante, mais se instauravam contradições entre os relatos jornalísticos e os preconceitos ou valores sustentados pelas elites e pelos anunciantes” (LAGE, 2001, p.16).

A ideia de um “revelador” de verdades em uma plataforma como o jornal, que circulava entre a massa, ganhou *status*, pois a informação a que se tinha acesso era limitada ao que vinha das estruturas de poder ou ao que se podia ver e saber como os próprios olhos e ouvidos. Existia um modelo a ser superado. Um novo tipo de informação passou a chegar às ruas através da imprensa. Diante daquela realidade, o que ali se começou a fazer vinha de encontro frontal com o exercício jornalístico vigente e, por isso, o selo de super-herói.

Poucos documentos relatam, por exemplo, a liquidação sistemática das culturas inca, asteca e maia, na América Espanhola, nos séculos XVI, XVII e XVIII. O século XIX, pelo contrário, foi um tempo de revelações. Todos ficaram sabendo das motivações reais de aventuras bélicas como a guerra ópio, que impôs o comércio de entorpecentes na China sobre o controle inglês, ou de estratégias covardes, como o uso de metralhadoras contra o exército zulu, na África do Sul, pela mesma Inglaterra – o imperialismo da época. A luta de classes não pôde ser mostrada como revolta da ralé social nem no desemprego maciço na Europa continental como mero furo de acidentes climáticos malandragem e incompetência dos italianos, irlandeses, alemães ou poloneses. Em meio à propaganda de sempre, surgiam, por via da reportagem, os fatos reais. (...) A reportagem colocou em primeiro plano novos problemas, como discernir o que é privado, de interesse individual, do que é público, de interesse coletivo; o que o Estado pode manter em sigilo e o que não pode; os limites éticos do comércio e os custos sociais da expansão capitalista. (LAGE, 2001, p.16-17)

No entanto, diante dos novos ofícios e das novas propostas sustentadas na figura do repórter, o sensacionalismo ganhou força. “Revelar verdades” virou produto e vício jornalístico e, segundo Lage (2001), o auge dessa característica teve como apoio períodos históricos específicos e frutíferos: fim da guerra civil nos EUA (fim do século XIX) e a

belle époque europeia (início do século XX). Muito havia para ser contato e produzir notícias, no literal sentido do verbo, virou um hábito para atrair leitores, dinheiro e poder.

A indústria dos jornais prosperou com a América. Criou seus magnatas, Joseph Pulitzer (1847-1911) e William Randolph Hearst (1863-1951). Levou ao exagero tudo o que se fazia na Europa: Hearst é acusado de promover a guerra com a Espanha pela posse de Cuba, só para vencer seu rival, cuidando de ter exclusividade na cobertura jornalística dos combates – para o que fretou e equipou um iate. As tiragens excediam tudo o que se vira até então. A luta pelo furo, pela conquista do leitor a qualquer preço, levou-o a plantar repórteres em toda a parte – nas repartições, nos sindicatos, nas empresas – e conduziu a relações progressivamente menos éticas entre jornalistas e fontes. (LAGE, 2001, p.17-18)

No paroxismo da prática sensacionalista, surge a necessidade de uma nova quebra de paradigma para tentar conter os abusos da classe produtora da informação para a massa. Novas propostas quanto ao formato do texto e a conduta jornalística aparecem com a intenção de dar um fim na linguagem retórica e defender a importância da ética como fator de regulação da prática jornalística, conjunto esse que se convencionou a chamar de escola americana. Foi a partir daí, que os valores de imparcialidade e objetividade passaram a integrar a ideologia da prática jornalística. Eles surgiram como uma resposta contrária ao modelo até então vigente. A intenção era conter a expansão de um modelo que havia chegado ao seu limite.

O paradigma imposto pela realidade da época, foram as ciências exatas. Estabeleceu-se que a informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes; que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para que se obtivesse a versão mais próxima possível da realidade (...); que a relação com as fontes deveria basear-se apenas na troca de informações; e que seria necessário, nos casos controversos, ouvir porta-vozes dos diferentes interesses em jogo. (LAGE, 2001, p.18)

Assim como Lage (2001) apontou, essa implantação foi gradual, parcial e “não assegurou na época que a sociedade americana evoluísse no sentido da perfeição” (p.19). Se nos EUA, país que propôs a mudança, a prática jornalística demorou a ser modificada - não evitando que determinados episódios fossem veiculados com deturpações para a grande massa, como as lutas operárias da época -, no restante do mundo esse modelo levou certo tempo para ser incorporado às redações, mesmo com todas as adaptações culturais e conjunturais. Em alguns lugares, longe de se apresentar como uma realidade de fato.

De acordo com Lage (2001), por exemplo, o fazer jornalismo da escola americana chegou ao Brasil apenas meio século depois e, mesmo assim demorou “mais duas décadas

para se impor (como sempre, não totalmente)” (p.20). O ideal foi criado, a responsabilidade e o vínculo social ligado à defesa da democracia fincaram no imaginário da sociedade, mas (na prática) o fazer jornalístico dificilmente em algum momento alcançou o patamar da objetividade e imparcialidade. Em algumas vezes não intencionalmente, mas simplesmente por não fazer parte da sua natureza, visto que o ofício é desempenhado por seres humanos.

No entanto, o jornalista tornou-se o agente social que tem como missão informar o público, e diante das conquistas sociais projetadas e protagonizadas por ele, sua imagem foi deturpada, indo em direção aos mitos. Ter acesso à informação passou a ser um direito, e as ideologias do jornalismo e da democracia acabaram se misturando ao longo da história. Como Traquina (2005) descreve, durante uma determinada época, ser jornalista chegou a corresponder no imaginário social a figura de um ser humano sem partido político, “uma figura que serve, acima de tudo, a verdade, e que está ao lado dos cidadãos contra o tirano” (p.52). Algo bem distante da sua prática.

A questão é que muitos pontos podem e devem ser levados em consideração nesta pequena descrição. O que é verdade? Verdade é algo atingível, único? Ao lado de que cidadãos o jornalista tem que lutar? Qualquer pessoa que se estabeleça dentro das regras básicas de “direitos e deveres” de um país pode ser identificado como tal. Qual é a definição de tirano? A direita ou a esquerda política de um país. Todas as respostas são muito subjetivas e, levando-se em consideração que uma das grandes certezas desse mundo é da multiplicidade de tudo o que é há, não seria surpresa que dois jornalistas respondessem sinceramente a essas mesmas questões de modo totalmente diferente, tendo como base as suas ideologias.

Argumenta Hallin (1986:23): “Ela (a ideologia jornalística) é, em resumo, um mito. Longe de ser apenas mentira ou ilusão, é um sistema de consciência mantido no mais fundo de cada um, que afeta profundamente tanto a estrutura da organização noticiosa como a prática do jornalismo no dia-a-dia” A mitologia jornalística coloca os membros dessa comunidade profissional no papel de servidores do público que procuram saber o que aconteceu, no papel de “cães de guarda” que protegem os cidadãos contra abusos do poder, no papel de “Quarto Poder” que vigia os outros poderes, atuando do a quem doer, no papel mesmo de herói do sistema democrático” (TRAQUINA, 2005, p.51)

Não à toa, no Brasil, com o advento da tecnologia da informação, vive-se um período de crise no sistema midiático mais tradicional. Não há mais como passar-se por super-herói. O jornalista não é mais o agente revelador da verdade nem o único a obter a

informação e a capacidade de transmiti-la para a grande massa. Apesar de técnicas, escolas e universidades tentarem padronizar e ensinar o ideal de um fazer jornalístico, o que acontece na realidade é que grande parte do material veiculado não corresponde (por várias questões) ao esperado pela sociedade. O que não é uma novidade. No entanto, tendo certas características enraizadas no seu conceito, no selo que o jornalismo acabou imprimindo para si, é normal que haja uma cobrança a cerca do que a prática se diz ser. A questão então parece não ser apenas o fazer diferente de uma teoria mítica, mas o posicionamento daqueles que o fazem.

Caso particular, como também destacou Lage (2001), parece ser a do jornalismo ligado ao desenvolvimento científico e tecnológico. Diante da agilidade com que novas técnicas e produtos passam a fazer parte da rotina contemporânea, a prática jornalística, dentro desse contexto, parece (mais do que as demais) ainda desempenhar um papel de educador diante da sociedade. Dessa vez com o diferencial de ter que lidar com a multiplicação das linguagens especializadas e com a influência de determinadas estruturas que – assim como de praxe na história do ofício – enxergam no jornalismo um caminho para atingir um objetivo maior, não muito ético.

Na produção acadêmica sobre Jornalismo Científico, não faltam recomendações de como o repórter deve proceder, e análises sobre quais as dificuldades que o jornalista enfrenta na relação nem sempre amigável com os cientistas, sobre seus obstáculos na decodificação no discurso científico para o público leigo, o caráter pedagógico da tarefa, os riscos que corre de servir ingenuamente, a interesses de terceiros que não só advogam mercadológicas mas que também podem depor contra a função social da Ciência (SILVA, 2003, s/p)

Não escapando às críticas relativas ao fazer jornalístico como um todo, esse tipo de editoria parece merecer atenção destacada justamente por ser alvo fácil dos rótulos míticos que envolvem a profissão e o seu objeto de investigação. Diante da infinidade de estudos científicos disponíveis e novidades técnicas, cabe a esse ramo do jornalismo (talvez mais do que qualquer outro) a função de decifrar e articular os enunciados emaranhados por termos específicos, para depois – a partir de uma seleção do que é relevante para a sociedade - divulgar e difundir essas reflexões a partir de uma unidade linguística.

No entanto, quando o trabalho do jornalista que escreve sobre ciência e tecnologia acaba cingindo-se apenas à primeira etapa da produção de notícia, o da tradução e articulação de discursos – o que normalmente acontece – a função jornalística do conteúdo some. A função divulgadora e difusora deve atender ao objetivo de democratizar os

saberes, mas deve vir atrelada ao papel de “revelador de verdades”, que tanto o selo da prática jornalística carrega.

Dentro desse contexto, a singularidade da cultura científica, do processo de produção de C&T e a conscientização sobre os interesses extracientíficos que rondam a produção e a divulgação da ciência devem ser levadas em consideração na fase de definição dos critérios de noticiabilidade, na hora da seleção do que publicar ou não. Afinal de contas, parte da imagem do fazer jornalístico está ligada justamente ao poder de denuncia sobre as contradições básicas de determinadas linguagens específicas e a avaliação crítica do impacto de certos progressos.

Formam-se e reformam-se capítulos léxicos e até estruturas sintáticas específicas (...). O problema que se coloca é o da relação entre esses discursos, já que as grandes decisões são interdisciplinares e as consequências do que se fala em cada um desses compartimentos técnicos tem que ver com o restante das pessoas. Assim, por exemplo, toda discussão em torno de decibéis toleráveis ao ouvido humano deverá ser alcançável de alguma forma por alguém que não o especialista em ruídos; até porque a surdez será democraticamente repartida nas cidades barulhentas. (LAGE, 1978, p.10)

Assim como Rodrigues (2008) propõe, “seria útil que nos precatássemos contra este risco de considerar verdade de fato o que não seria senão verdade de razão” (p.38). Isto é, não cair na inocência de, uma vez desconhecendo o seu objeto de trabalho e sua história, achar que ao desempenhar somente as primeiras etapas desse ofício (tradução e articulação), o trabalho está terminado. “Tomemos a providência de contextualizar, matizar e atenuar algumas de nossas proposições, confrontando-as com observações que as desafiam e que, ao menos à primeira vista, parecem as desautorizar” (Rodrigues, 2008, p.38).

É necessário, então, que o jornalista científico assuma com firmeza a sua posição na cadeia de democratização da informação no seu sentido mais amplo. Assim como a escola americana fez um esforço na direção de eliminar o sensacionalismo da prática jornalística, é preciso que o jornalista deixe um pouco de lado a sua preocupação pela informação que atrai leitores e cliques nas páginas da internet. Utilizar-se das bases do conceito jornalístico como norteador do agir ético. Abrir mão da parte mítica e praticando o jornalismo no que a essência da teoria propõe.

O grande desafio, neste momento, parece ser a facilidade com que determinadas informações de cunho científico chegam às redações. Como Fabíola de Oliveira critica em

seu livro *Jornalismo Científico* (2010), há que se trazer à tona a reflexão de um jornalismo que vise à conscientização da população e não a sua alienação ao reproduzir certos materiais que chegam com facilidade aos mãos dos profissionais. “O que questionamos é até que ponto essa divulgação está contribuindo para o esclarecimento da opinião pública quanto à importância e aos reais benefícios que essas atividades podem ou não trazer.” (OLIVEIRA, 2010, p.66-67).

“É preciso saber separar as informações e fatos cientificamente relevantes dos apelos comerciais, travestidos de informação científica, saber distinguir notícia de medicina de bula de remédio”, diz Wilson Bueno (1988, p.7). Aí não é suficiente ainda dispor de boas fontes, segundo esse mesmo autor: “boas fontes não significam fontes insuspeitas e instituições estabelecidas nem sempre são independentes (2001, p.2). Inclui-se nesse desafio a luta contra o “progresso” da pseudociência, que promete milagres e ocupa espaço e tempo escassos e que deveriam ser dedicados à informação qualificada em ciência e tecnologia (SILVA, 2003, s/p)

3 JORNALISMO CIENTÍFICO, SAÚDE E COMPORTAMENTO

Convencionou-se chamar de jornalismo científico o ramo da atividade jornalística destinada à cobertura de assuntos relacionados à tecnologia e às ciências em geral, incluindo tanto as mais “duras” - como física, química e biologia -, como as que sobrepõem essas ciências (também denominadas como naturais) às ciências “humanas” ou “sociais” - as quais levam em consideração fenômenos relativos ao homem e a sua interação com o mundo. Nessa zona de intercâmbio, encontra-se a medicina, a qual juntamente com a farmácia, por exemplo, faz parte de um grupo especial denominado como ciências da saúde⁷.

De acordo com a Constituição Federativa do Brasil, segundo a jornalista Alessandra Silvério⁸, a saúde é intitulada como direito de todos e dever do Estado, enquanto acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. Dessa forma, assim como todo tipo de informação de interesse público, as relativas à saúde e aos avanços da medicina deveriam chegar à população como parte dos direitos de qualquer cidadão garantidos pela Constituição. Tendo a qualidade de seu conteúdo preservada frente a influências outras que divergissem da promoção do bem-estar público.

Contudo, ao longo do tempo, grande parte desse papel educador e democratizador da informação sobre saúde acabou recaindo sobre o colo dos *media*, mais precisamente materializado na figura do jornalista científico. Arelado a uma falsa imagem de “revelador de verdades”, o papel do jornalista especializado nessa área acabou estabelecendo-se como o de compilador e tradutor do saber científico a fim de torná-lo um bem público, acessível a qualquer cidadão de uma forma contextualizada. Além das técnicas de redação, é esperado desse profissional que ele seja funcional, colocando em prática o conceito de jornalismo preventivo, educativo e de utilidade pública.

Entretanto, como afirma Kuscinsky (2002), essa função pedagógica por vezes delegada ao jornalismo científico não é central à prática da atividade. Informar, esclarecer, ajudar o governo em campanhas e democratizar os avanços da medicina faz parte do seu papel, mas o foco deveria ser outro, a crítica informativa. “A função do jornalista é trabalhar contra o

⁷ Disponível em: <http://conceito.de/medicina>. Acessado em 20/06/2015.

⁸ Disponível em: http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_saude/artigo1.php. Acessado em 26/06/2015.

segredo, socializar as informações que são importantes para o público, independentemente das consequências dessa socialização” (KUSCINSKY, 2002, p.101).

Dentro do universo das ciências da saúde, a prática jornalística deveria ultrapassar o limite do utilitarismo, para não virar alvo de oportunistas tanto do setor público quanto do privado. Além de divulgar e difundir as reflexões geradas em cada compartimento do saber dessas áreas, o principal papel do jornalista deveria ser o de articular conhecimentos, para denunciar as contradições básicas que o fechamento das linguagens específicas tende a mascarar, numa falsa hierarquia de saberes. Levando em consideração assim toda a cultura de produção da ciência e de políticas públicas na área da saúde.

Em vez de ser apenas um porta-voz da ciência (senhora da verdade contemporânea) ou do governo, a ética jornalística construída ao longo de sua profissionalização prevê que o profissional responsável por cobrir essa área questione, acima de tudo, a raiz de todo e qualquer conteúdo produzido na direção de uma promoção da saúde pública, perguntando-se sempre “Quem?”, “Por que?”, “Como?” e “Para que?”, assumindo de fato o papel incômodo de “revelador de verdades”, a partir da sua capacidade de, mais do que traduzir conceitos, deformá-los para revelar a fragilidade e o interesse escondido por trás de certos falares. (LAGE, 1978)

No entanto, como Kuscinsky (2002) aponta, as coberturas jornalísticas de saúde ressentem da problemática mais geral de todo o jornalismo, o caráter mercadológico da notícia. Mescla-se o papel educativo que se convencionou atrelar ao jornalista científico, com o interesse de autopromoção de alguns profissionais e instituições ligados à saúde e o crescente interesse por parte da população em assuntos relacionados ao bem-estar de uma forma geral. O resultado, portanto, acaba sendo a predominância de matérias de saúde que, na verdade, servem às necessidades: sejam as do governo, as de instituições privadas (normalmente a indústria farmacêutica) ou as de uma sociedade que enxerga nas notícias veiculadas um modo de alcançar desejos e cessar seus anseios. De uma forma geral, aliado a esse cenário mais específico, as matérias contempladas com o selo de jornalismo científico não escapam também dos demais problemas que frequentemente evoluem a produção de notícias.

Pelo fato de a notícia ser vendida como mercadoria, o processo social de produção da matéria jornalística passa necessariamente por fenômenos de espetacularização, simplificado, reducionismo, estereotipia, elitismo temático e instrumentalização ideológica, entre outros. A cobertura da saúde não escapa desse padrão, com duas agravantes: a crescente mercantilização da própria saúde na era neoliberal e a falha clássica,

tradicional, que é a não abordagem pelo jornalismo, assim como pela própria medicina, dos processos sociais de produção da doença e das neuroses, tratando apenas das manifestações desse processo. (KUSCINSKY, 2002, p.96)

A maior parte da literatura sobre o assunto costuma centrar as discussões em duas grandes questões que envolvem a problemática do ofício. A primeira leva em consideração o que Bueno (2001a) denominou como a “patologia das fontes”, a qual dá conta de relacionar as influências externas à qualidade do conteúdo elaborado. A segunda (não muito distanciada da anterior) diz respeito aos condicionamentos próprios da profissão de jornalista e sua função democratizadora, a qual leva em consideração principalmente o fator tempo, os critérios de noticiabilidade e a linguagem utilizada para transmitir o conteúdo ao público leigo. Contudo, pouco se contextualiza sobre como todo esse movimento em torno da saúde e do bem-estar ganhou força dentro do contexto social como um todo. Se imaginarmos que o cuidado com a higiene faz parte do (final) da cultura moderna e da contemporânea, toda essa aglomeração e importância dada a tudo que envolve promoção do cuidado com o corpo é no mínimo curiosa.

De acordo com Vaz (2007b), o início dessa história aparece com a “morte de Deus” e a laicização da esperança cristã de salvação, transferindo para a figura da ciência o lugar anteriormente ocupado pela Igreja na sociedade. Se antigamente tínhamos a moral e os bons costumes cristãos para ditar as regras sobre como deveria ser levada a vida (tendo em vista outra melhor após a morte) e todo um desenvolvimento da subjetividade humana a partir dessas verdades, com o advento da ciência o poder sobre a vida e a sobrevivência – isto é, do adiamento da morte – foi transferido para o homem a partir da crença na sua capacidade de construção de um futuro calculável tendo como diretriz as verdades científicas.

Enquanto a Igreja detinha o *status* de senhora, era Deus que tinha o poder de salvar as pessoas. A saúde era encarada como dádiva divina (crédito pelo bem agir) e, em consequência, a doença era entendida como castigo. Tudo dizia respeito ao julgamento superior da ação humana e a redenção só poderia vir através de algum sofrimento voluntário, para se redimir com o divino (VAZ, 2007b). Dentro desse contexto, a medicina circulava entre as artes incertas e o homem ainda era um objeto que sofria com a ponderação das verdades de Deus e de seu canal mais direto e puro, a Igreja Católica.

Após a medicina ter avançado na direção de tornar-se uma ciência, por ter suas “verdades” respaldadas por métodos científicos (momento em que o ser humano passa a

ser objeto de estudo científico, agente de mudança e vigilante da sua própria vida), no que diz respeito à área da saúde, o homem passa a ocupar o papel central e a ciência, de um modo geral, passa a ditar as regras. No entanto, ainda mais do que antes, o ser humano não tira de suas ações a responsabilidade de evitar sofrimentos e adiar a morte. Apenas passa a utilizar a medicina e seus avanços como norte. Ou seja, assim como Vaz (2007) afirma, todo e qualquer assunto sobre saúde passa a ganhar destaque, força e valor à medida que o ser humano passa a posicionar-se no mundo e a construir parte de sua subjetividade a partir do que a medicina diz que é certo ou errado (suas conquistas e avanços), acreditando no poder que isso dá a ele de controle sobre a própria vida - o seu maior bem agora que a finitude é uma realidade aceita e a vida que importa é a que se vive.

Para nossa memória de indivíduos pertencentes à cultura ocidental do século XXI, aceitamos melhor o funcionamento dessa lógica perversa – é necessário sofrer para não sofrer – na interpretação cristã de catástrofes e doenças como pecado. (...) Dito de modo simples, toda doença ou deformidade era atribuída a uma falta moral, e o sacrifício era a única forma de o indivíduo reconquistar sua saúde e se prevenir de doenças futuras. O poder da ação humana diante do sofrimento se reduzia à árdua obediência às leis divinas. A medicina moderna e contemporânea é a secularização dessa interpretação da doença como pecado, com seu correlato, que é a localização na vida após a morte da esperança associada ao bom comportamento. Esta secularização aparece com clareza no sentido novo de causa da morte, que passa a significar o que torna um acontecimento necessário em um evento contingente (Fagot-Largeault, 1989). Identificar uma causa de morte é estipular aquilo cuja ausência permitiria ao indivíduo manter-se em vida. Esta compreensão de causa expressa, portanto, a laicização da esperança cristã de salvação, ao transformar o sonho de vida após a morte no empenho por não morrer. A saúde torna-se um valor supremo a orientar nossas vidas e a morte algo a ser adiado a qualquer custo. (VAZ, 2007b, p.112)

Entretanto, como já analisada anteriormente, a ciência – e por extensão a medicina – não é detentora de verdades absolutas. Toda a apreensão do conteúdo de sua produção deveria passar antes por determinadas averiguações que levassem em consideração a cultura da científica. Afinal de contas, o valor atribuído à saúde socialmente a tornou centro de um mercado complexo, envolvendo desde a indústria da beleza (que utiliza o corpo como vitrine da boa saúde) até a indústria farmacêutica (que surpreendentemente não se cansa de produzir métodos para aumentar seu mercado consumidor). Repleto de agentes que visam o consumo e o lucro (sem muito parecer se importar com a promoção da boa saúde de fato) e com o respaldo da crença no poder da ação humana como forma de evitar o sofrimento (seja ele físico ou mental) e a morte a qualquer custo, não por acaso

todo esse movimento respigou sobre os meios de comunicação, uma vez que é através dele que o cidadão comum normalmente consegue acesso a essas tão preciosas informações.

Entende-se por que os indivíduos querem tanto encontrar na mídia informações sobre os meios que dispõem para não sofrer no futuro e ter uma vida longa: pouca coisa é tão reconfortante quanto crer no poder da ação humana e na possibilidade de antever o futuro.(VAZ, 2007b, p.117)

Dentro de um contexto de jogo de interesses, necessidades e desejos é que as críticas em torno da prática jornalística responsável pela cobertura de saúde se constroem. Levando em consideração o imaginário criado sobre o papel do jornalista dentro da sociedade (o de “revelador de verdades”), argumenta-se e questiona-se sobre alguns vícios na hora da produção das matérias que se desenvolvem mais na direção de uma perpetuação da atividade jornalística tal como era antes de sua profissionalização, assumindo os antigos papéis de publicista e sensacionalista (respaldada por uma via educativa), deixando para trás o seu lado crítico-informativo não utilitarista de lado. Por motivos diversos, o que se pode perceber é que se aproveitando de uma cultura pró-ciência, por natureza histórica do ofício, a mídia posiciona-se na zona intermediária entre os interessados em vender saúde e os que a querem comprar, para também vender o seu produto: as notícias.

A atitude de cientistas, o lugar que alguns meios de comunicação se atribuem quando fazem jornalismo científico, a relevância existencial para muitos da crença de que ações cotidianas podem reduzir os riscos de sofrimentos futuros, tudo isso indica que precisamos de outro olhar sobre a verdade, um olhar que se interroga sobre o sentido de agir segundo a verdade. (VAZ, 2007b, p.111)

Todos os envolvidos estão sempre a favor da verdade. A medicina que não cansa de encontrar novas verdades sobre um mesmo assunto (o consumo de chocolate, do vinho), alguma novidade sobre uma substância que faz bem ou mal (um remédio) ou um novo diagnóstico (o aumento da prevalência de determinadas doenças); e a mídia que descobriu um novo estudo sobre algum tipo de comportamento, sobre um novo remédio ou técnica a ser desenvolvida no tratamento de alguma doença e traz a notícia em primeira mão.

No entanto que verdades são essas? Onde elas foram produzidas? Em que circunstância? A favor de quais interesses? “Altos e baixos do dia-a-dia de uma vida normal viraram transtornos mentais, doenças comuns viraram problemas de saúde assustadores e cada vez mais e mais pessoas normais transformaram-se em pacientes

médicos”⁹ (MOYNIHAN e CASSELS, 2005, s/p). Estranho pensar que diante de tanto avanço, novas doenças de tempos em tempos surjam, o número pessoas enfermas (mental ou fisicamente) se multiplique e, na contramão, o lucro dos que produzem e vendem a solução para tudo isso só aumente. A receita da indústria farmacêutica, por exemplo, no mundo era de cerca de 300 bilhões de dólares em 1995 e passou para 800 bilhões em 2010 (ELLIOTT *apud* VAZ, 2007).

Dentro do imaginário da prática jornalística como “reveladora de verdades”, é impensável que o jornalista científico não atente para esse fato na hora de decidir escrever sobre algum novo acontecimento referente ao universo da saúde. Além disso, diante do que Vaz (2012) chama de uma cultura terapêutica - a qual “elegeu o cuidado com o bem-estar mediado por objetos técnicos como valor maior a ser perseguido pelos indivíduos” (p.43) – deveria fazer parte da ética jornalística um cuidado com os discursos elaborados pela mídia de uma forma geral, a fim de não utilizar-se de forma oportunista desse fenômeno cultural para suprir suas necessidades econômicas.

Afinal de contas, artigos e livros criticando condutas duvidosas sobre o mercado da beleza não são uma realidade distante e inatingível. Segundo Vaz (2012), no que diz respeito às práticas da indústria farmacêutica, por exemplo, a literatura data 2003 como um marco no avanço desse tipo de questionamento. Se o discurso da inocência já é estranho quando o que está em jogo é o exercício de uma profissão que diz ter em sua base o questionamento a crítica, pouco se poderia acreditar e admitir algum tipo de isenção ideológica diante dos fatos que circunscrevem a realidade de seu objeto de vigília.

Levando os pontos levantados em consideração, parece importante então colocar uma lupa sobre determinados vícios e “descuidos” da comunidade jornalística ao lidar com o discurso científico. Separar essas falhas e pontos maiores de discussão em categorias parece ser um caminho para se estabelecer um método prático de análise mais direta do conteúdo sobre saúde divulgado pela mídia de uma forma geral.

3.1 A patologia das fontes

De acordo com Bueno (2001a), o principal problema da cobertura de saúde na mídia está relacionado a uma doença difícil de ser tratada, a chamada patologia das fontes.

⁹ Tradução da autora. “The ups and downs of daily life have become mental disorders, common complains are transformed into frightening conditions, and more and more ordinary people are turned into patients.”

Apesar de possuir agentes diversificados, “uma grande indústria farmacêutica, um centro de pesquisa sem saúde, uma universidade, um hospital, um laboratório de análises clínicas, uma empresa de seguro-saúde e até mesmo um profissional (um médico, por exemplo)” (BUENO, 2001a, p.673), as publicações jornalísticas acabam normalmente apresentando sintomas e diagnósticos bem parecidos: notícias desqualificadas, contaminadas por interesses políticos e mercadológicos.

Enxergando na prática jornalística um meio de divulgar seu conhecimento, resultados de pesquisa, produtos ou prestação de serviço, é comum que a maioria dos interessados no mercado de promoção da saúde assedie jornalistas, disponibilizando facilmente releases e informações aos meios de comunicação, como parte de suas ações e estratégias de comunicação para atingir o grande público. Certos de encontrar um ambiente favorável, o qual se move principalmente por caminhos rápidos e certos em direção à captação de audiência, o resultado, na maioria das vezes, acaba sendo a publicação de uma gama de informações comprometidas.

movidos quase sempre pela ânsia de alardear novas descobertas, [os meios de comunicação] têm se prestado a uma divulgação no mínimo irresponsável, induzindo de forma sensacionalista leitores radiouvintes e telespectadores a buscar apoio para os males que afligem seu corpo e espírito nos medicamentos milagrosos lançados pelos grandes laboratórios. Eles cometem o mesmo equívoco, quando enveredam pela trilha das chamadas terapias, propagando o charlatarismo e a pseudociência (BUENO, 2001a, p.681)

“Ora com os pés correndo à procura da informação sigilosa, ora tendo de graça nas mãos oferta de informações endereçadas” (Silva, 2003), o que se percebe é que o processo de comunicação em saúde sobrevive com dados, informações e conhecimentos que se constituem, efetivamente, como mercadoria valiosa, e as fontes se aproveitam disso. “Não tem sido fácil, quase sempre, estabelecer distinção entre informação e marketing na cobertura jornalística sobre o universo complexo da produção científica” (SILVA, 2003, s/p). Além de comprometida, o problema maior é qualidade dessa informação, visto que muito já se sabe sobre o privilégio que interesses políticos, econômicos, comerciais e pessoais têm durante a divulgação e, mais seriamente, na produção de ciência e tecnologia.

Não se trata apenas de uma questão de discurso, o que por si só já seria um problema tratando-se de textos jornalísticos. Na ânsia por novas e revolucionárias descobertas, a grande mídia (de uma forma geral, nas suas condições normais de produção diária) esquece-se de averiguar dados sobre a fonte e, por consequência, a proveniência do

conteúdo reproduzido. Em seu artigo *Jornalismo científico, lobby e poder*, por exemplo, Bueno (2001b) relata uma série de exemplos que mostram o quão obscuro é esse mundo. Permeado por interesses que visam o lucro de grandes empresas, o mercado em volta da promoção da saúde, segundo os exemplos por ele citados, é “mercado pela ação de lobbies e de sistemas de controle, quando não de ações deliberadamente espúrias (como as promovem a constituição de cartéis e monopólios)” (BUENO, 2001b, p.170-171).

Casos de *recalls* que poderiam ter sido evitados, mas as empresas decidiram seguir em frente na produção para proteger seus lucros; o uso de placebos em testes a princípio muitos importantes, como o para descobrir um método mais econômico de evitar a transmissão do vírus HIV para fetos; a contratação de cientistas para colocar em dúvida pesquisas que vão de encontro a interesses econômicos (BUENO, 2001b). Esse tipo de informação não costuma chegar transparente às mãos dos jornalistas. No extremo oposto, o que chega, e normalmente é publicado, é apenas a “nova ‘boa-nova’” do mercado, como denominou Vaz (2012). Salvo raras ocasiões como o a seguir:

Este ano [2001], o jornal Valor Econômico, em reportagens especiais, mostrou, reproduzindo documentos da empresa, que cientistas de importantes universidades brasileiras haviam integrado uma rede de pesquisadores que colaborou coma indústria tabagista na década de 90. Este apoio se deu através de pesquisas, financiadas pela indústria, que tinham como objetivo “colocar em dúvida os estudos sobre o fumo passivo, alimentar a controvérsia no mundo científico e deter as leis antitabagistas” O jornal continua: “A indústria criou o Centro de Pesquisas do Ar em Ambientes Fechados (CIAR) para financiar estudos sem que a iniciativa das empresas por trás dos projetos fosse percebida e, como o dinheiro do CIAR, a indústria montou grupos de pesquisa na Europa, na Ásia e na América Latina. Todos eram monitorados por advogados contratados pelos fabricantes de cigarros”. (BUENO, 2001, p.173).

Logo no início, é especificado: trata-se de uma “reportagem especial”. Não é algo frequente na mídia. No entanto, na sua contramão (ou não), a incidência desse tipo de articulação, envolvendo centros de pesquisas e a indústria, não é tão rara quanto as suas aparições nos meios de comunicação. O livro *Selling Sickness* (MOYNIHAN & CASSELS, 2005), por exemplo, discorre em sua totalidade sobre como a indústria farmacêutica atua de forma geral em praticamente todos os setores que envolvem a promoção de saúde para conseguir atingir seus objetivos.

A começar pela “inocente” presença em centros universitários, para apoiar alunos de medicina e residentes, passando pela contratação de médicos para desenvolver pesquisas específicas que atendam às novas necessidades do mercado, a criação de novos

diagnósticos e definições para doenças antigas, até o esforço para mascarar pesquisas que vão de encontro aos seus interesses e fazer circular seus anúncios em forma de notícias em revistas de renome. Resumindo, o livro descreve todo o esforço da indústria farmacêutica para transformar cada vez mais pessoas em potenciais consumidores de seus produtos, os remédios.

Às vezes, a um problema de saúde pouco conhecido é dada uma atenção renovada; uma velha doença é redefinida e renomeada; e às vezes uma disfunção totalmente nova é criada (...). O objetivo, sempre, é fazer a ligação entre a doença e seu remédio, a fim de maximizar as vendas (...). As pessoas devem ser "convencidas" de que "os problemas que eventualmente aceitavam como, talvez, apenas um inconveniente" - como a calvície, rugas e dificuldades sexuais - agora são vistos como "dignos de intervenção médica". (...) A influência insalubre da indústria farmacêutica tornou-se um escândalo global. Fundamentalmente, eles distorcem a ciência médica, corrompendo a maneira como a medicina é praticada, e corroendo a confiança do público em seus médicos. (...) Os executivos de marketing não se sentam e, realmente, escrevem as regras de como diagnosticar a doença, mas cada vez mais contratam a serviço de seus interesses aqueles que o fazem. A indústria agora rotineiramente patrocina reuniões médicas chaves, nas quais as definições de doença são discutidas e atualizadas. Em alguns casos, como veremos, os médicos especialistas que escrevem as regras estão, ao mesmo tempo, recebendo dinheiro dos fabricantes de medicamentos, os quais ganham bilhões dependendo de como essas regras são escritas (...) Com o surgimento de tantos problemas de saúde, há uma grande incerteza sobre a partir deve-se traçar a linha que separa o saudável do doente." (MOYNIHAN & CASSELS, 2005, p.xi-xiii)¹⁰

Disponível na internet, mas não nas caixas de e-mails dos jornalistas, esse é o tipo de informação que deveria circular nas baias destinadas à produção de conteúdo jornalístico sobre ciência e tecnologia. A indústria farmacêutica é um exemplo, mas todo o mercado de informações científicas parece sofrer da mesma patologia. O discurso é sempre

¹⁰ Tradução da autora: "Sometimes a little-known condition is given renewed attention, sometimes an old disease is redefined and renamed, and sometimes a whole new dysfunction is created. The aim, always, is to make the link between the condition and your medicine, in order to maximise its sale. (...) People must be able to be 'convinced' that 'problems they may previously have accepted as, perhaps, merely an inconvenience' - like baldness, wrinkles and sexual difficulties - are now seen as 'worthy of medical intervention'. (...) The unhealthy influence of the pharmaceutical industry has become a global scandal. That influence is fundamentally distorting medical science, corrupting the way medicine is practiced, and corroding the public's trust in their doctors.(...) Marketing executives don't sit down and actually write the rules for how to diagnose illness, but they increasingly underwrite those who do. The industry now routinely sponsors key medical meetings where disease definitions are debated and updated. In some instances, as we will see, the medical experts writing the rules are at the same time taking money from the drug makers who stand to make billions, depending on how those rules are written (...) With many medical conditions, there is great uncertainty about where to draw the line that separates the healthy from the sick."

o da “novidade” e os esforços se movem na direção de promover a veiculação ampla e generosa das informações que lhe favorecem - quando não restringindo também o acesso ao conhecimento de linhas divergentes. Sigilo e controle de informação também são formas de atuação desses agentes.

Muitas vezes, a atuação das empresas passa dos limites, como ocorreu com a Immune Response Corporation, uma empresa da Califórnia, que tentou impedir a publicação de um trabalho científico que comprovava a ineficácia da vacina Remune por ela produzida contra o vírus da Aids. Segundo reportagem publicada no *The New York Times*, pacientes que tomaram a vacina morreram ou desenvolveram infecções relacionadas à Aids na mesma proporção dos que tomaram um placebo. A empresa tentou, por todas as formas, impedir que os líderes do estudo divulgassem os resultados da pesquisa, retendo dados, mas, como não obteve sucesso (ele foi publicado pelo *Journal of American Medical Association – Jama*), entrou com pedido de indenização de mais de 7 milhões de dólares. (BUENO, 2001a, p.677)

Contudo, como Kuscinsky (2002) aponta, essa patologia das fontes, a qual Bueno (2001a) se refere como principal problema das coberturas sobre saúde, só tem força diante de um sistema que respalda de forma consciente ou não a sua existência. De acordo com Kuscinsky (2002), os jornalistas são bem elitistas na hora de escolher as suas temáticas. Devido a todo um processo social de produção de notícia que tem como um de seus filtros mais importantes o valor mercadológico do conteúdo exposto, raramente grandes reportagens sobre surtos de hepatite no Amazonas, por exemplo, ganham destaque nas reuniões de pauta. Reportagens assim demandariam mais esforço, uma consulta a fontes diferenciadas (como a de movimentos sociais locais) e talvez não tivessem o bom retorno político-econômico normalmente alcançado.

Recentemente, por exemplo, o caso do surto o Ebola, em países africanos, foi uma grande vitória de movimentos sociais a esse respeito. Nesse *case* em específico, a grande mídia teve que ceder em parte às pressões (desenvolvidas principalmente através de redes sociais) de organizações sem fins lucrativos, como o MSF. No mais, o que predomina são as reportagens sobre o corpo, beleza e doenças mais elitistas. Como em um ciclo, a patologia das fontes não ocorre somente na direção fonte-jornalista. Tendo em mãos alguns argumentos vendíveis, o movimento também segue no sentido oposto.

os jornalistas em geral procuram os médicos ou as autoridades de saúde para legitimar uma ideia, uma concepção, um discurso que já está elaborado, procuram a legitimação científica ou a legitimação da autoridade (...) eles só buscam o médico renomado ou a autoridade e somente para legitimar algo que eles já resolveram dizer (KUSCINSKY, 2002, p. 96)

A cura para essa doença parece ser difícil. Assim como Bueno (2001a) ressalta, é impossível impedir que as empresas enviem seus releases e que tentem, através de estratégias de comunicação empresarial, fazer com seus produtos cheguem aos meios de comunicação, com o objetivo de defender os seus interesses. “esta é, em essência, a essência do capitalismo” (BUENO, 2001a, p.687). O caminho a ser seguido então envolveria uma maior conscientização da própria comunidade científica e de uma mudança nas posturas ética e política dos jornalistas envolvidos.

Devemos atentar, portanto, para o fato de que estas são exatamente as fontes básicas da comunicação para a saúde e que é imperioso descobrir as suas intenções e os seus compromissos. Vale a pena repetir sempre o lema fundamental da divulgação científica e que traduz perfeitamente o estado de alerta que deve caracterizar também o comunicador da saúde (o jornalista, por exemplo, responsável pela sua cobertura na mídia) diante das suas fontes de informação: “não existe almoço grátis”. Logo, é preciso investigar sempre quem paga a conta e, sobretudo, o que serve à mesa (BUENO, 2001a, p.680)

3.2 O discurso mercadológico

Num primeiro instante, pensar em um discurso que leva em consideração a lógica de mercado dentro do universo da saúde, sem se ter qualquer noção básica sobre a atuação de agentes como a indústria farmacêutica nesse processo, seria algo difícil. Isso porque saúde não deveria ser algo à venda - e, de fato, não o é. O que se pode comprar são os objetos, dispositivos e substâncias químicas que ajudam a mediar a relação do homem com o mundo em que vive, como computadores, máquinas de diagnóstico e remédios. No entanto, mesmo assim, a relação de consumo não deveria constituir-se como mercadológica visto que todos esses aparatos só deveriam, em tese, ser utilizados ou consumidos quando um médico recomendasse ou indicasse.

Os economistas caracterizam esse mercado como imperfeito, no sentido de que a forma como se dá a demanda impossibilita que o desejo dos consumidores ajuste a oferta para atingir um preço de equilíbrio; quem irá consumir o produto não decide sobre a ocasião do consumo e, dependendo do modo como funciona a saúde pública no país, o consumidor tampouco é que despense recursos, pois os medicamentos podem ser comprados ou reembolsados pelo Estado (VAZ *et al.*, 2012, p. 44)

Não levando em consideração o mercado de beleza e estética, o qual também se utiliza do discurso de promoção da saúde, os produtos disponíveis no mercado que realmente tem a ver com o significado mais puro e simples de um corpo saudável estariam relacionados ao controle de doenças ou, o que se pode perceber atualmente, ao cuidado crônico dos não

doentes; e é só a partir dessa perspectiva de que se pode evitar uma doença a partir de um controle de comportamento ou através da ingestão de algumas substâncias é que se pode pensar em um mercado que consegue lucrar com a saúde.

Como Vaz *et al.* (2012) aponta, foi só a partir da mudança no modo de se experimentar a doença que foi possível tornar o cuidado com a saúde, e por consequência as doenças, algo a ser vendido. Para medicina moderna, por exemplo, esse tipo de pensamento e discurso era impensável, visto que a conceituação de doença era bem simples: “se orgânica, contrapartida anatômica para sintomas; se mental, ausência de contrapartida e manifestação de “segredos de alcova” no desvio moral e legal” (VAZ *et al.*, 2012, p. 47). As pessoas só procuravam os médicos quando sentiam dor ou, no caso das doenças mentais, quando sofriam por excesso de vontades ou praticavam atos desviantes da moral da época. A principal causa de morte eram as doenças infectocontagiosas e o ser saudável implicava somente em não possuir algum tipo de limitação física ou em agir conforme as regras sociais tidas como corretas na época.

Com o desenvolvimento de vacinas e antibióticos, as doenças que passam a prevalecer como as principais causas de morte são as cardiovasculares e os cânceres. Contudo, “para essas, a sequência temporal ‘sintoma, contrapartida anatômica e intervenção’ é problemática, pois ou a manifestação do sintoma tende a coincidir com a morte ou aparece quando nenhuma intervenção tem eficácia” (VAZ *et al.*, 2012, p. 48). Na tentativa de conseguir desenvolver alguma forma de evitar tal sofrimento, a medicina contemporânea ocidental acaba então desenvolvendo o conceito de fator risco. “para elas [doenças crônico-degenerativas] é preciso diagnosticar – descobrir alguma alteração anatômica ou fisiológica – antes de haver sintoma. O que se descobre, então, não é a doença já constituída, mas, sim, o que indica a sua mais ou menos provável manifestação futura” (*idem*).

Apesar de não ser causa suficiente nem necessária para a ocorrência de uma doença, o fator de risco designa o que amplia as chances de adoecer. Logo, diante desse novo cenário, cuidar da saúde passou a significar a vigilância sobre esses fatores de risco, os quais dissociados da presença de sintomas, geram uma possibilidade antes impensada pela medicina moderna: a medicação ou o cuidado crônico mesmo na ausência de uma doença. Dessa forma, o foco passa ser mais a prevenção do que o tratamento da doença em si – o qual também sofre influências mercadológicas, mas não é o foco do estudo.

Levando em consideração mais uma vez o conceito de uma “cultura terapêutica” e a ideia cristã de sustentar na ação humana o poder de evitar o sofrimento, os discursos que visam lucrar com a promoção de saúde habilmente passaram a utilizar-se da conexão estabelecida entre práticas cotidianas e doenças futuras, colocando o indivíduo como vítima de seus próprios hábitos e transferindo o controle da doença para ele. Mais uma vez, o local dos meios de comunicação passa a ser entendido como o detentor das verdades que vão proporcionar ao leitor a possibilidade de reduzir as suas chances de adoecer, mesmo que essa redução seja mínima.

O novo vínculo da mídia com a medicina dependerá da ligação do conceito de fator de risco seja com atos cotidianos, seja com o intervalo longo entre exposição e sintoma. Desde então, as campanhas de saúde pública se endereçam não aos que estão doentes, mas aos que podem adoecer – no caso das doenças cardíacas, a todos. A fronteira anterior entre saúde e doença pressuposta pelo conceito de norma é rompida, pois é criado um estado de quase-doença generalizado: mesmo não sentindo nenhuma limitação no presente e diante de oportunidades de prazer, todo e qualquer indivíduo deve alterar seu estilo de vida dada a possibilidade de adoecer no futuro. De fato, a medicina contemporânea embaralha as distinções, existencialmente nítidas, próprias à sucessão moderna saúde-doença-intervenção-retorno à saúde. Do ponto de vista do estado final, para algumas doenças psíquicas, como a depressão, não há retorno à normalidade, pois o medicamento passa a ser necessário para o resto da vida; ele se torna uma forma de alimento e prótese tecnológica. Do ponto de vista do estado inicial, a epidemiologia dos fatores de risco, as descobertas da genética e a ampliação da distância temporal entre diagnóstico e manifestação subjetiva da doença convidam todo indivíduo a cuidar de si enquanto não sente nada. (VAZ *et al*, 2007a, p.148-9)

Segundo Vaz *et al*. (2012), a medicina contemporânea também abriu espaço para a possibilidade de haver doenças orgânicas que se definem apenas pelos sintomas, mas que não são doenças mentais. “Doenças tão mais fáceis de serem vendidas quanto mais os seus sintomas estiverem próximos do que antes seria visto como normalidade ou como incômodo aquém do limiar da atenção médica” (VAZ *et al*, 2012, p.49). Dentro dessa categoria, encontram-se doenças como a síndrome do intestino irritável, o mal de Alzheimer e a “disfunção erétil”. Todas diagnosticadas por exclusão de contrapartida anatômica (não é vírus, bactéria ou câncer) e pela repetida aparição de processos cuja distinção com alguns anteriormente vistos como naturais não é muito clara, segundo o autor.

Nesses casos, também poderia se argumentar sobre a contaminação do discurso jornalístico pela patologia das fontes, mas insere-se também como uma deficiência do

desempenho da própria profissão, uma vez que os meios se utilizam da lógica da promoção do bem-estar - outro lugar de criação de subjetividade contemporânea, segundo Vaz *et al* (2012) -, para emplacar matérias. Diante de uma ética jornalística baseada no imaginário de um “revelador de verdades”, o questionamento sobre a aparição de doenças com diagnóstico tão fraco seria o esperado.

3.3 A linguagem dos jornalistas

A primeira questão a ser levantada dentro dessa especialização do jornalismo no que diz respeito à linguagem costuma relacionar-se aos termos utilizados para comunicar o conhecimento científico, o qual normalmente está mascarado por complexas e específicas estruturas linguísticas. Frequentemente acusada de generalista e superficial, a abordagem realizada pelos comunicadores de massa – a qual responde ao caráter universalista da profissão– é julgada por prezar pelo entendimento do conteúdo “traduzido” em detrimento da especificidade dos termos científicos. Conceder ao leigo o poder de reflexão e contextualização sobre o assunto exposto, sem que para isso ele tenha que penetrar no universo de cada discurso científico em questão, faz parte do desafio de ser um escritor de ciência e, para isso, certas alterações no discurso se fazem necessárias.

Nesse processo, entretanto, algo de precioso acaba se perdendo, segundo os trabalhadores da área da saúde. “A linguagem precisa e rigorosa é constitutiva do modo de pensar; não é apenas uma maneira de falar, ela reflete uma maneira de pensar a saúde”, eles defendem (KUSCINSKY, 2002, p.97). Alguns autores tratam desse contraste de opinião sobre a linguagem a ser utilizada de um modo simples, assumindo um posicionamento claro, o qual leva em consideração a funcionalidade de cada discurso.

É certo que as linguagens técnicas atendem a necessidades conceituais por vezes muito precisas. Um erg, unidade de trabalho, é aquilo que é, e não outra coisa. O ácido desoxirribonucleico é uma determinada estrutura proteica, e não outra. A mitose, um modo determinado de divisão celular, e não outro. No entanto, ações e nomeações têm interesse limitado à funcionalidade de seus conceitos no *modus operandi* de um processo sobre o qual tenhamos que decidir. Para escolher entre a liberação ou restrição do aborto, por exemplo, deveremos considerar raciocínios biológicos, psicológicos, demográficos, de antropologia cultural ou de outro campo qualquer; seria um absurdo pretender de cada eleitor chamado a um plebiscito ou dos deputados de um parlamento que completassem as graduações universitárias correspondentes a todos esses campos do saber, até porque isto lhe consumiria toda a sobrevida. (LAGE, 1978, p.13)

Outros autores, como Vaz (2007a), apontam para um olhar mais complexo, o da utilidade do serviço prestado pelo jornalista. Dentro desse contexto, o que estaria em jogo seria uma ética da verdade. O uso de uma linguagem outra que não a científica, mais simples, poria em risco a compreensão do conhecimento de forma equivocada. Por outro lado, quando não há a adequação do discurso, o risco seria o da não compreensão da informação, mesmo com o uso dito como “o correto” da linguagem. Caberia então ao jornalista científico saber identificar a fronteira e aos cientistas, por sua vez, colaborar para que as informações fossem mais acessíveis. No entanto, isso também envolveria um jogo de interesses, o que torna esse aspecto da linguagem jornalística uma das principais fontes de problema com os cientistas.

De um lado, argumenta-se que deveria haver, da parte dos meios de comunicação, acuidade na tradução do conhecimento médico. De outro, quando se quer que os indivíduos efetivamente se comportem de acordo com as informações veiculadas, discute-se também que deformações são admissíveis; por exemplo, não usar o termo “fator de risco”, mas o de “causa” em campanhas publicitárias que visam suscitar mudanças de comportamento. (VAZ, 2007a, p.145)

Uma segunda discussão com relação à linguagem coloca as notícias sobre saúde dentro de uma antiga categoria da prática jornalística, a do sensacionalismo. Mais um caso em que os meios de comunicação se utilizam de narrativas impregnadas pelo discurso de vitimização para atrair leitores - dentro desse contexto específico, vítimas em potencial de seu próprio comportamento. Para isso, as estratégias são as mesmas utilizadas nas narrativas sobre crimes, guerras, catástrofes naturais e tecnológicas. Títulos pretensiosos; textos que se utilizam principal ferramenta de adesão ao discurso o medo das pessoas de fazer parte de uma determinada estatística; narrativas que proporcionam a experiência dos afetos da hesitação, esperança e arrependimento; e discursos que lidam com ideia de um futuro evitável a partir da crença no poder de atuação de alguma instituição, ou seja, que incitam a atribuição de responsabilidade e a esperança de haver escolha para evitar o sofrimento. “A diferença maior das notícias sobre saúde – e de todo jornalismo científico – é que a estipulação, pelos meios de comunicação, da responsabilidade perante o sofrimento dependerá do respeito, ao menos parcial, da construção da causa por outra instituição: a ciência.” (VAZ, 2007a, p.147)

A mídia expõe diariamente o sofrimento de estranhos, sejam eles doentes, ou vítimas de crimes, guerras, catástrofes naturais e tecnológicas. Essas narrativas costumam estar ordenadas por uma indagação contrafactual:

um sofrimento atual é apresentado como tendo origem numa dada ação; para que esse sofrimento não tivesse existido, que escolha outra poderia ter sido feita? Ao articular o sofrimento atual a escolhas passadas, os meios de comunicação participam da construção de um futuro tido como justo; na cultura contemporânea, aquele onde a catástrofe que se antecipa no presente é evitada. A determinação de responsabilidade explica porque as narrativas também costumam ordenar a exposição do sofrimento com base na distribuição dos papéis de agressores e vítimas. Nas notícias sobre fatores de risco, o sofredor é vítima de seus comportamentos inadequados: colesterol alto é causado por alimentação gordurosa, câncer de pulmão pelo fumo, etc. Essa forma singular de posicionamento é convite à atividade. O discurso estabelece, aqui, a possibilidade de uma distinção social: não entre agressores e vítimas, mas entre quem sabe e quem não sabe cuidar de si. (VAZ, 2007a, p.146)

Diante da necessidade de uma manutenção dessa relação de confiança entre o leitor e o discurso científico, outra característica da linguagem jornalística nesse tipo de cobertura envolve uma das questões centrais na discussão sobre o real papel do jornalista científico: a ausência do contraditório. Para que o leitor sinta-se convidado a orientar a sua vida de acordo com as recomendações médicas, é necessário extinguir a dúvida, ou seja, a diversidade de fontes de autoridade. Tal como são veiculadas, nesse sentido, as matérias sobre saúde assemelham-se a pílulas normativas. Só assim uma relação baseada na confiança no que está sendo exposto pode ser construída. Conduzir o leitor ao difícil trabalho de repensar crenças e práticas cotidianas a partir de uma diversidade de discursos sobre o mesmo assunto seria colocar em cheque a credibilidade do discurso médico, o qual sempre lhe rende boa audiência com as suas novidades.

Num artigo recente sobre a cobertura do jornal Folha de S. Paulo dos fatores de risco ligados às doenças cardiovasculares, o que observamos foi a homogeneidade das fontes: em 83% do material analisado (232 notícias), as fontes de autoridade são explicitamente médicos ou revistas e manuais médicos (Vaz *et al.*, 2006). O restante não indica a presença de fontes de autoridade diferentes; não encontramos nenhuma menção a medicinas ou terapias alternativas nos 12 anos estudados. Na maior parte dos casos, a ausência explícita se deve a uma economia de espaço, com o jornalista assumindo o lugar de autoridade no interior de uma discursividade científica. No referido estudo, observamos que, em apenas 7% dos casos (22 notícias, em 12 anos), um resultado discrepante é efetivamente discutido pelos médicos. A incerteza inerente à ciência, por ser uma prática humana, não é notícia. A temporalidade dos meios de comunicação se harmoniza com aquela que a medicina preditiva propõe aos indivíduos: de um lado, temos a tendência ao esquecimento – a outra face da construção midiática de um presente sempre repleto de “novidades” –, dificultando a percepção de contradições nos resultados das inúmeras pesquisas médicas (VAZ, 2007a, p.149)

Todos esses vícios de linguagem da prática jornalística na cobertura de saúde parecem estar atrelados ao caráter mercadológico de suas publicações e ao lugar que os meios de comunicação pretendem assumir diante da sociedade, o de portador da verdade. Mais do que uma mera hipótese científica, a relação entre comportamento cotidiano, redução de riscos e adiamento da morte é a base para todo o mercado que circunscreve o universo da saúde, do qual os meios de comunicação, infelizmente, também fazem parte. As práticas educativa, sensacionalista e publicista mesclam-se a favor de um discurso que deseja a todo custo aumentar sua demanda e, portanto, considera válido toda notícia que envolva o cuidado cotidiano com a saúde por parte das vítimas em potencial, por meio de escolhas cientificamente fundadas.

os veículos optaram por um discurso mais propriamente publicitário que informativo, consciente ou inconscientemente demonstrando a intenção de antes “vender” o medicamento que informar o leitor. Os adjetivos são frequentes e o tom ufanista evidencia a adesão dos repórteres, ainda mais quando se percebe que as matérias são informações ou avaliações de especialistas com o objetivo de estabelecer limites ou alertar para possíveis restrições, na verdade comuns mesmo nas bulas dos remédios. São, em resumo, mensagens publicitárias, travestidas de matérias jornalísticas, ainda que não se possa levantar suspeita sobre a honestidade dos jornalistas que as redigiram, talvez envolvidos pelo teor do material com que tomaram contato ao produzirem as reportagens. O que é certo é que tentam seduzir o leitor, num esforço que tem mais de propagandístico do que informativo. (BUENO, 2001a, p.685)

4 ANÁLISE DAS CAPAS SOBRE SAÚDE DA REVISTA VEJA

Ao longo do trabalho, um pouco da história e da realidade da produção dos conhecimentos científico e jornalístico foram expostos, levando em consideração todos os mitos relacionados a essas duas práticas. A partir de então, foi possível traçar uma linha de avaliação sobre os problemas e desafios enfrentados pela a prática do jornalismo científico, o qual carrega consigo toda a bagagem (mítica e real) associada ao conceito desses dois termos que compõem a expressão que dá nome, descreve e posiciona o trabalho a ser realizado dentro do universo de comunicação social.

Impregnada por interesses políticos e econômicos que colocam em risco a credibilidade do conteúdo (re)produzido, a cobertura de saúde ganhou destaque por circular, mais do que em qualquer outra editoria, entre as esferas pública e privada de uma forma curiosa, se levado em consideração o imagem social e o papel de educador que ainda é atribuído ao jornalista científico. Mesmo na atual conjuntura de “empoderamento” da opinião pública, tendo principal ferramenta para isso as redes sociais.

Diante de uma cultura tecnológica e terapêutica – na qual a sociedade constrói a sua subjetividade por intermédio de objetos e substâncias químicas, tendo a saúde como valor maior a orientar as suas decisões– e de uma cultura da ciência que possui internamente um esquema de produção e divulgação pouco confiável, foi questionado o real papel dos “escritores de ciência”, na medida em que, por inocência ou não, os meios de comunicação acabam servindo como difusor de uma série de informações contaminadas e desqualificadas, em vez de contribuir para o esclarecimento da sociedade através de duas de suas características mais simbólicas: a crítica-informativa e a presença do contraditório.

A partir da literatura apresentada, o que se percebe na prática do jornalismo científico é a falta de uma essência verdadeiramente social. Respondendo às necessidades mercadológicas próprias do ofício jornalístico, mesmo diante de um assunto tão delicado como a saúde, as suas bases de investigação e crítica são esquecidas ou negligenciadas. Em vez de vigilante e “revelador de verdades” incômodas, porta-voz. Um porta-voz publicista, disfarçado e creditado pelo imaginário social como o super-herói da história.

Não sendo capaz de levantar (e comprovar) suspeitas acerca da ética de cada profissional envolvido ou veículo que se propõe a fazer jornalismo científico (e não apenas a redigir sobre ciência), uma análise das capas sobre saúde de revista *Veja*, de 1998 a 2004, é proposta a fim de se verificar na prática como o discurso mercadológico apresenta-se em detrimento da informação de qualidade. O objetivo é avaliar o conteúdo das matérias para

verificar como e a partir de quais recursos a cobertura de saúde tornou-se mais uma vitrine publicitária de artigos e pesquisas científicas, do que um lugar para discussão e reflexão sobre a produção científica – a qual se sabe (e foi possível tomar um pouco de consciência ao longo do trabalho) sofre com escândalos sérios envolvendo dinheiro público e manipulação de dados e resultados.

A escolha da revista *Veja* como veículo a ser observado deu-se pela facilidade de acesso às matérias, através do seu arquivo digital¹¹. Longe de imaginar que a revista seja a única referência para o trabalho a ser realizado, o seu posicionamento dito claramente como jornalístico em todas as suas publicações e o alcance em termos de distribuição e audiência fazem com que ela possa ser encarada como amostra do que chega para a maioria das pessoas quando o assunto é saúde. De acordo com Vaz *et al.* (2012), que costuma realizar trabalhos tendo como objeto de avaliação a revista *Veja*, a notória atitude *pró-business* e algumas especificidades do editorial da revista não seriam fatores contra o uso da revista em trabalhos que visam avaliar o ofício de jornalismo científico de uma forma geral.

apesar de reconhecer a limitação, cabe dizer que a análise qualitativa de uma amostra de reportagens sobre depressão nesse período mostrou uma forte coincidência de temas e conteúdo nas revistas *Veja*, *Época* e *Isto É*. Não há por que supor que essa semelhança valesse apenas para uma doença (VAZ *et al.* 2012, p.51)

Quanto ao período selecionado, segundo Vaz *et al.* (2012), é esse o momento em que se pode avaliar mais nitidamente a qualidade da prática e do discurso jornalístico diante da expansão das estratégias de marketing de alguns agentes, como a indústria farmacêutica, sem que pressões públicas externas tenham alguma influência sobre a escolha do tema e conteúdo das matérias. “Estudos sobre antidepressivos na Argentina e no Japão mostram que esse é um momento em que os laboratórios procuraram ampliar o mercado globalizando a concepção e atitude preventiva norte-americanas” (VAZ *et al.* 2012, p.51). Artigos e livros criticando essa prática só surgiram a partir do final de 2003 (*idem*).

Apesar de se tratar de uma revista semanal, o que já foge do condicionamento “*on-line – on time – full time*” dos grandes veículos de comunicação - cujo ritmo de produção diária é o principal argumento para amenizar as críticas a respeito do conteúdo das publicações -, a análise que segue levou em consideração apenas as reportagens de capa da revista. Pelo destaque dado a elas, a princípio, seus textos são mais elaborados no que diz

¹¹ Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em 01/06/2015

respeito à qualidade e, por isso, expressam, de forma clara, a relevância que tal assunto parece assumir para a empresa, no diz respeito ao interesse que eles acreditam despertar na audiência.

Durante a seleção do material, uma primeira intenção era analisar todas as matérias relativas à saúde, avanços da medicina e a conceitos de uma cultura tecnológica e terapêutica. Contudo, mais um questionamento surgiu. Nos sete anos de publicação avaliados, ao menos uma capa por ano relacionada à saúde usava como imagem ilustrativa a mulher ou o corpo feminino, atingindo um total de 19 (dentro de um universo de 50), contra apenas sete que utilizaram imagens de homens ou do corpo masculino.

Como parte da verificação, foi curioso também observar que dessas sete capas sobre saúde com imagens masculinas, quatro delas foram no ano de 2003 (quando já tinham sido publicadas cinco capas sobre saúde com imagens femininas) e uma em 2001, relacionada à matéria sobre Anthrax (pelo porte físico das pessoas, deduz-se que na imagem sejam homens encapuzados), a qual tratava mais sobre o teor político do que científico/saúde do assunto. Sobre as outras duas matérias, uma tratava sobre estresse (2004) e a outra sobre fobias e pânico (2001). Nenhuma exclusivamente sobre a saúde do homem ou alguma doença exclusivamente masculina.

A título de curiosidade, houve capas sobre saúde nas quais também se utilizou a figura humana como ilustração, mas sem escolha de gênero. Foi o caso de “Esses bebês são pioneiros” (2004), uma matéria sobre células tronco; as capas “E se o remédio for falso?” (1998), sobre a máfia de falsificação de remédios no Brasil, e “A epidemia que põe o mundo em pânico” (2003), sobre SARS, as quais utilizaram imagens de crianças (no primeiro caso a justificativa seria a que crianças doentes seriam alvo fácil como consumidoras finais); e as capas “A pílula milagrosa” (1998) e “Sexo depois dos 40” (2000), que usaram a de casais. As capas que não utilizaram figuras humanas foram ilustradas com órgãos, pratos ou outras imagens aleatórias. A capa “Os riscos de terapias alternativas” (2003), por exemplo, foi ilustrada com uma cobra.

Diante da prevalência de capas de saúde com imagens femininas, optou-se por analisá-las, a fim de achar alguma resposta para tal evento. Apesar de somente cinco tratarem sobre a saúde feminina em sua totalidade (26%) – “O medo da balança” (1998), “Peguei AIDS do meu marido” (1998), “A ciência da Mulher” (2000), “Prazer- a vez da mulher” (2001) e “Câncer de mama” (2004) -, o que chamou a atenção foi o assunto das demais matérias: quatro sobre fatores de risco (1 sobre diabetes, 1 check up, 2 sobre a importância

de manter hábitos saudáveis para evitar um mix de doenças); três sobre depressão e doenças mentais; cinco sobre a prática de exercícios ligada ao prolongamento da vida; e uma sobre incômodos físicos crônicos. Todos os assuntos, sem exceção, também pertencentes ao universo masculino.

Uma possível resposta para esse apelo de gênero veio na avaliação da matéria “A ciência da mulher” (2000), escrita pelas jornalistas Cristiane Poles, Monica Gailewitch e Sandra Boccia. A reportagem narra um pouco sobre a história dos estudos da medicina voltados para a saúde feminina e avalia o advento da pílula anticoncepcional como divisor de águas no mundo científico, no sentido em que impulsionou a criação de um ramo especializado na fisiologia feminina. A partir daí, na matéria, todos os depoimentos, relatos e descobertas que envolvem a saúde e a estética da mulher passam a ser norteados pelos valores de “revolução” e “liberdade”.

As expressões “o que não faltam são consumidoras”, “Agora é hora da explosão da feminilidade” e “as mulheres mudam o jeito de olhar para si mesmas”, apesar terem sido aplicadas para exemplos diferentes (cosméticos, cirurgias estéticas e prevenção), parecem coabitar o mesmo universo de ideias, *a priori* defendido pela revista (visto que não há discordância de fontes), de que a mulher se preocupa mais com a saúde e com o seu corpo, como uma forma de reafirmar a todo o momento esse novo lugar de criação de subjetividade, dentro de um contexto de conquistas sociais.

Diante dos avanços da medicina nesta área e visto a importância dada pela revista a símbolos femininos, além de reafirmar o papel da ciência como um norte quando o assunto é comportamento – por isso tantas capas sobre -, pelo visto, para a revista *Veja*, o público feminino também é um filtro (ou critério de noticiabilidade) quando o que está em jogo é captar audiência para os temas saúde e bem-estar. Inclusive, até dentro de matérias que apenas tinham na capa a imagem feminina - mas que, a princípio, o conteúdo era geral - houve prevalência de depoimentos e exemplos femininos ou destaque para o universo da saúde da mulher.

A matéria que rendeu a capa “Dieta sem fome” (2001), por exemplo, a qual tratou sobre dietas que envolviam o corte brusco de carboidratos, apresentou nove exemplos de mulheres (celebridades) contra três de homens. A capa “Laboratório do corpo” (2000), apesar de ter focado nos esportes olímpicos (esporte de alto nível) como “laboratório ideal para descobrir certos tipo de doenças e desenvolver tratamentos eficientes para pessoas que nunca foram ou serão atletas”, como o depoimento do médico Justin Wernick resumiu, e

ter utilizado imagens de corpos nus (homens e mulheres, numa tentativa de igualar os gêneros), mesmo assim na hora de escolher a sua capa e as imagens das duas primeiras páginas da matéria interna, a escolhida foi a da atleta australiana de nado sincronizado Naomi Young. Além disso, no texto, a contribuição em específico para o universo feminino foi destacada:

Uma observação muito útil para a saúde da mulher brotou de um estudo de corredoras de longa distância feito pela Universidade da Califórnia. Os médicos descobriram que, paradoxalmente, o sedentarismo e excesso de treinamento físico provocam o mesmo tipo de distúrbio da saúde. Tanto nas atletas que abusavam do exercício quanto nas mulheres sedentárias apareciam com mais frequência desequilíbrios hormonais, os primeiros sinais de osteoporose (descalcificação óssea) e perda de apetite. O exercício físico estimula o depósito de cálcio no osso e, em tese, evita ou ameniza a osteoporose – mas tanto o exagero como a falta de atividade provocavam a inibição da produção de hormônio feminino. A partir dessa constatação, o exercício físico em dose adequada e a reposição hormonal passaram a fazer parte do tratamento da osteoporose.¹²

Dentro desse mesmo contexto, talvez o apelo maior para a questão do gênero tenha ocorrido na reportagem “A doença da alma” (1999), escrita por Maurício Cardoso e Sérgio Ruiz Luz. Respaldados por dados científicos, boa parte do início da matéria (uma página e meia) foi toda destinada ao universo feminino. Apesar de serem “dois brasis de vítimas de todas as idades, classes sociais e raças, mergulhadas numa melancolia atroz que altera seus hábitos de vida, afastando-as de convívio social e do trabalho”¹³, como a Organização Mundial da Saúde revelou que a depressão se tornou (no ano anterior ao da publicação) o mal mais comum entre as mulheres, superando o câncer de mama e doenças cardíacas (informação retirada do próprio texto), talvez o apelo de gênero na capa seja relevante e seja possível também chegar a conclusões como a que segue abaixo sem ter como referência nenhuma fonte explícita.

Como tudo o que diz respeito à depressão, o fato de as mulheres serem vítimas mais frequentes do mal ainda não é totalmente explicado. As mulheres costumam ser consideradas mais suscetíveis aos climas emocionais que os homens. Mas à depressão? Por quê?” No caso específico da depressão, descobriu-se que os neurônios das mulheres são banhados com quantidades menores de uma substância-chave no controle do humor e das sensações de bem-estar. Essas substâncias, a serotonina, é mais abundante no cérebro masculino do que no feminino. Como as

¹² Trecho retirado da matéria “O laboratório do corpo”, escrita por Maurício Cardoso e Sérgio Ruiz Luz, presente na edição 1666 da revista *Veja* (2000, p.92-94). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 05/07/2015.

¹³ Trecho retirado da matéria “A doença da alma”, escrita por Maurício Cardoso e Sérgio Ruiz Luz, presente na edição 1591 da revista *Veja* (1999, p.95). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 05/07/2015.

crises depressivas coincidem com a diminuição da concentração dessa substância no cérebro, os pesquisadores acham que encontraram uma boa pista para explicar a maior suscetibilidade das mulheres diante desse mal¹⁴

Toda essa predominância de imagens e conteúdo feminino dentro da análise ora parece corresponder ao problema centro do jornalismo científico, de acordo com Bueno (2001a), a patologia das fontes, ora ao caráter mercadológico das publicações. Se por um lado “as pesquisas científicas sobre o comportamento humano, a saúde e as psicologia feminina se multiplicaram” - como a reportagem “A ciência da mulher” afirma-, por outro, parece ser clara a tentativa da revista de querer utilizar-se desse novo lugar de criação da subjetividade da mulher para atrair mais leitores.

No mais, seguindo a linha estabelecida durante o trabalho, é possível perceber nitidamente algumas falhas e vícios apontados como prejudiciais no trabalho dos “escritores de ciência” em todas as 19 matérias. Desde a ausência dos fundamentos do ideal da prática jornalística, como a busca pelo contraditório e da crítica-informativa, prevalecendo um tom educador; passando pela problemática das fontes como “pauteiras” e o caráter publicista das matérias a partir disso; até o apelo sensacionalista e oportunista da linguagem jornalista para atrair leitores e gerar identificação.

Seguindo as três categorias apontadas no capítulo anterior como norte para uma análise mais prática sobre o exercício jornalístico, a patologia das fontes é a mais visível. Na matéria que originou a capa “Quando as manias viram doenças” (2004), por exemplo, depois de introduzir o tema central do texto, TOC, logo no final do primeiro parágrafo vem a dica: “Ele transforma seus portadores em ‘escravos de suas próprias ideias e ações’, como define a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, autora do best-seller *Mentes e Manias – Entendendo melhor o Mundo das Pessoas Metódicas, Obsessivas e Compulsivas*”¹⁵, a fonte mais utilizada para escrever toda a reportagem de dez páginas.

Na reportagem que deu origem à capa “Saúde e vitalidade dos 8 aos 80” (2001) não ocorre muito diferente. Um estudo de médicos do Brigham ans Women’s Hospital, de

¹⁴ Trecho retirado da matéria que originou a capa “A doença da alma”, escrita por Maurício Cardoso e Sérgio Ruiz Luz, presente na edição 1591, da revista *Veja* (1999, p.94-95). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 05/07/2105.

¹⁵ Trecho retirado da matéria que originou a capa “Quando as manias viram doenças”, escrita por Paula Neiva e Karina Pastore, presente na edição 1852, da revista *Veja* (2004, p.132). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 06/07/2105.

Bostom (EUA), “sensacional pela abrangência”, visto que, “pela primeira vez, pesquisou-se um ciclo completo de vida” dialoga apenas com o médico João Toniolo, da Universidade Federal de São Paulo, a única outra voz presente na matéria. Inclusive, sua única fala resume-se a “não interessa a idade que você tenha, o importante é dar a reviravolta e mudar de vida”.

No caso da reportagem que gerou a capa “Dieta sem fome” (2001), a proveniência da matéria só veio ao final. Depois de discorrer sobre a mais nova prática compartilhada entre as celebridades nacionais e internacionais, a adesão a regimes que evitam os carboidratos em todas as suas formas, especialmente as mais agressivas – as farinhas e o açúcar refinado-, a revista apresenta uma entrevista de duas páginas com o médico Robert Atkins (*a priori* um especialista no assunto, visto que trinta anos antes da publicação da matéria, ele escreveu um livro sobre o assunto). Após questioná-lo sobre o ressurgimento de dietas de ingestão quase zero de carboidratos, a resposta dele é direta: “É muito simples: eu escrevi um novo livro para uma nova geração que não conhecia nada sobre emagrecimento seguro”¹⁶

Para finalizar com os exemplos sobre essa predominância de matérias provavelmente fruto de ações de comunicação por parte dos interessados em divulgar seus trabalhos na mídia, sem gerar qualquer tipo de questionamento sobre o conteúdo na comunidade jornalística, na reportagem que gerou a capa “Idade real” (1999), um trecho da matéria assemelha-se a um pequeno release, chegando a conceder o argumento publicitário que deve ter sido o principal critério para a escolha de sua publicação.

A ciência faz descobertas significativas a todo momento, mas a maioria dessas está tão diante da realidade das pessoas que se acaba tornando desinteressante. A equipe do médico americano Michael Roizen, da Universidade de Chicago, conseguiu juntar essas duas virtudes. Descobriu algo importante e de aplicação óbvia na vida de cada um. Depois de compilar estatísticas sobre taxas de mortalidade de diversas populações no mundo durante três anos, Roizen calculou o impacto das doenças sobre a longevidade humana e mostra, com números, quantos anos uma pessoa pode ganhar se para de fumar, começar, começar a fazer exercícios, evitar o stress e se, indiretamente, ficar mais bonita (...) O material se transformou num livro, *RealAge: Are you as Young as you cana be?*, que está na lista de mais vendidos dos Estados Unidos. Nesta semana, o Idade Verdadeira será lançado no Brasil¹⁷

¹⁶ Trecho retirado da entrevista de Angela Pimenta com o médico Robert Atkins, presente na matéria “Comer e Emagrecer”, escrita por Gabriela Carelli e Angela Pimenta, na edição 1689 da revista *Veja* (2001, p.88). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 06/07/2015.

¹⁷ Trecho retirado de “A Idade Verdadeira”, escrita por Monica Weinberg, na edição 1614 da revista *Veja* (1999, p.112). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 05/07/2015.

Ainda sobre a questão das fontes, mas já apontando para uma característica da linguagem jornalística nesta editoria, a matéria “O feitiço do corpo ideal” – a qual deu origem à capa “O medo da balança” (1998) – merece destaque por apresentar uma série de estratégias que explicitam bem alguns problemas da prática jornalística dentro do universo científico. Logo no início da matéria, por exemplo, há uma contradição no que diz respeito ao critério de ineditismo da notícia. Apesar de a matéria utilizar-se de “resultados de uma pesquisa inédita”, realizada pelo instituto Jaime Troiano – Estratégias de Consumidor, a notícia é antiga: a relação da mulher com o seu corpo e a eterna insatisfação com relação ao seu peso. Não à toa, a outra fonte que sustenta a afirmação já a havia comprovado: “o mesmo questionário já havia sido aplicado pela revista *Psychology Today*, com resultados análogos”.

Outra discussão relevante é sobre o elitismo das fontes e do conteúdo. A amostra utilizada na pesquisa inédita são mulheres entre 20 e 45 anos das classes A e B de São Paulo e as outras pesquisas utilizadas como fonte vinham das universidades da Carolina do Norte, Harvard e Washington. A única voz alternativa presente na matéria, representante da “bandeira feminista”, a qual apresenta “argumentos razoáveis”, é desqualificada: “uma organização não governamental americana chamada *About-Face*, em defesa da imagem das mulheres gorduchas – os Estados Unidos tem disso”¹⁸.

Sobre o seu caráter mercadológico, apesar de aparentemente a reportagem estar defendendo uma causa pouco usual dentro do universo das matérias sobre saúde, por “colocar a questão da obesidade no lugar certo: um problema estético que se converte em mal orgânico apenas em excesso, ou quando acompanhada de sedentarismo e doenças pré-existentes”, a sua promoção é justamente realizada utilizando esse diferencial, apresentando o trabalho central como “uma espécie de Lei Áurea para os gordinhos”.¹⁹

Quando o assunto é o mercado de promoção da saúde, as matérias recolhidas também não deixaram de servir como amostra de outro grave problema da prática jornalística: o incentivo ao autodiagnóstico e ao consumo de remédio. Durante a análise, o

¹⁸ Todas as aspas dos últimos dois parágrafos foram retiradas da matéria “O feitiço do corpo ideal”, escrita por Karina Pastore e Laura Capriglione, na edição 1532 da revista *Veja* (1998, p.62-63). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 05/07/2015.

¹⁹ Todas as aspas pertencem ao desdobramento da matéria anterior, “A alforria dos gordos”, escrito por Karina Pastore, na edição 1532 da revista *Veja* (1998, p.67). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 05/07/2015

passo a passo parecer claro. Para gerar identificação, primeiro, estabelece-se um nexos probabilístico. Depois é oferecido um teste para o leitor ter certeza de que faz parte daquele universo de pessoas que precisa se medicado, depois vem as opções de remédios, como *Vaz et al* (2012) descreve com maiores detalhes:

Após trazer a possibilidade de doença para o horizonte de preocupações do leitor, é preciso lhe dar a capacidade de se autodiagnosticar. Um primeiro modo de facilitar essa internalização da possibilidade é o uso de testes. Assim, como em outras revistas, as reportagens da *Veja* trazem dois tipos de testes: um que mensura o nível de conhecimento e o outro permite ao indivíduo saber quem ele é, identificar-se. O teste de conhecimento apareceu nas reportagens sobre o direito ao prazer sexual; com questões difíceis, sua função parecia ser a de dizer a um indivíduo que ele precisava saber ainda mais sobre seu corpo e as possibilidades de prazer que contém. Os testes com função de identificação surgiram nas reportagens sobre doenças cardíacas e nas doenças mentais. A mesma forma: escores quantitativos a partir das respostas dadas. A diferença é que enquanto para as doenças mentais critérios vagos de intensidade ou frequência permitiam ao indivíduo conceber-se doente se assim o desejasse e temesse. (*VAZ et al.*, 2012, p.54)

Aliado ou não às práticas mercadológicas de indústrias farmacêuticas de uma maneira consciente, as matérias em questão mostraram-se como verdadeiras vitrines do processo final de atuação desse agente, utilizando os meios de comunicação como modo de se promover. A única matéria sobre câncer de mama, por exemplo, “As vitórias contra o câncer de mama” (2004), seguiu todo o caminho. Baseada na ideia de que a vigilância é a única alternativa de prevenção para que o diagnóstico da doença não se torne uma sentença de morte, uma série de estatísticas foi utilizada para convencer o leitor disso. Uma delas trata sobre a eficácia dos medicamentos no tratamento: “45% é a queda na taxa de recidivas entre pacientes que são tratadas com medicamentos anti-hormonais, como tamoxifeno, letrozol, anastrozol e exemestane”.

Um quadro foi criado para auxiliar em todas as etapas do processo (prevenção, diagnóstico, cirurgias e medicação) e um box com as taxas probabilísticas levando em consideração a idade feminina como fator de risco para desenvolver a doença também foi disponibilizado. Para ter condições de avaliar a boa atuação do médico, todo o tratamento da doença foi descrito sem a citação de fontes, não deixando de lado, obviamente as indicações pós-cirúrgicas, mais uma vez, destacando e nomeando os remédios utilizados. O desenvolvimento de métodos de diagnósticos mais precisos, o refinamento das técnicas de

cirurgia e o aperfeiçoamento de medicamentos mais potentes e menos tóxicos, também não escaparam ao texto. Dentro de uma cultura tecnológica e terapêutica, é importante que esse tipo de informação também seja destacada, para que o leitor tome ciência de que a medicina e suas parceiras de ciência na param, trabalhando sempre em prol do bem-estar do cidadão.

As companhias farmacêuticas investem por ano dezenas de bilhões de dólares no desenvolvimento de terapias que impeçam o surgimento do câncer de mama. É o que chamam de quimio-prevenção. Atualmente, o medicamento –padrão é o tamoxifeno, que impede a ação do hormônio estrógeno, o principal alimento de um dos tipos mais comuns de câncer de mama. O tamoxifeno é receitado para mulheres com alto risco de sofrer da doença, principalmente por histórico familiar. No campo da quimio-prevenção está em estudo o uso de aspirina, estaminas e anti-inflamatórios. O mecanismo pelo qual esses remédios impediram a formação de tumor ainda não foi desvendado, mas eles mostram uma eficácia nesse sentido.²⁰

Uma última observação, levando em consideração a linguagem utilizada nos textos analisados, vai de encontro a uma antiga estratégia da prática jornalística para captar audiência, o sensacionalismo. Em todas as matérias havia algum depoimento. Fosse de celebridades, quando o assunto era incentivar a adesão do público à prática divulgada, como ocorreu na matéria gerou a capa “Dieta sem fome” (para promover a dieta do carboidrato zero) e na que gerou a capa “A idade real” (a família de Sandy e Junior e outros artista também fizeram o teste); fosse para gerar identificação e reconhecimento de sentimentos e situações, como ocorreu nas reportagens que deram origem às capas “Peguei AIDS do meu marido” (narra o sofrimento das que confiaram demais no marido), “As vitórias do câncer de mama” (para exaltar a importância do diagnóstico precoce), “A medicina da alma” (mostra a salvação diante da submissão às terapêuticas divulgadas) e a “O medo da balança” (para gerar identificação).

A primeira função desses relatos é a de legitimar o direito ao prazer e acabar com possíveis estigmas. Quando o foco é a erradicação do estigma, é bastante comum o uso de depoimento de celebridades, estimulando considerações do tipo ‘se até eles têm tal doença, eu também posso ter’. Uma segunda função é o diagnóstico a partir de um fragmento autobiográfico, que pode ser retomado por outros (...) de modo a aproximar o leitor da situação descrita e estimulá-lo, assim, a conceber-se

²⁰ Trecho retirado de “Os triunfos sobre o câncer de mama”, escrita por Ana Paula Buchalla, na edição 1880 da revista *Veja* (2004, p.150). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 05/07/2015.

também como doente (...) A história desempenha também a função de encorajar os leitores a se autodiagnosticarem a partir da tabela e legitima as sugestões de tratamento oferecidas (...) De fato, em todas as reportagens do *corpus* (portanto para todas as doenças analisadas), quando havia depoimentos ou histórias de vida, grande maioria deles explicitava que o uso do medicamento transformou, para melhor, a vida das testemunhas. As ferramentas retóricas em questão ganham ainda mais importância no caso das reportagens sobre dor e doença mental, pois se trata de fazer com que indivíduos sejam capazes de julgar sobre a normalidade de suas sensações e emoções. (VAZ *et al.*, 2012, p.55)

5 CONCLUSÃO

A partir de uma reflexão sobre os dois termos que compõem a expressão jornalismo científico, o presente trabalho propôs uma avaliação sobre o real papel dos chamados “escritores de ciência” dentro da editoria de saúde. Ao contrário da sua teoria, a qual segue no sentido oposto de uma mera divulgação ou disseminação científica, o que foi possível perceber é que a prática do ofício é envolta de mitos e, na verdade, apresenta-se contaminada por algumas patologias crônicas.

Considerando aspectos como definição de pautas, a escolha de fontes, fator de risco na mídia, corpo e saúde como temáticas de interesse, espetacularização, juízo de verdade atribuído à ciência, o valor mercadológico das publicações e a posição de “revelador de verdades” incômodas (a qual a prática jornalista deveria corresponder), conclui-se que os jornalistas que escrevem sobre ciência precisam rever como procedem no seu ofício. É preciso um olhar mais criterioso para uma abordagem menos tendenciosa e que não leve tanto a questão da audiência em consideração. Importando-se menos com o caráter utilitarista e mais como o lado social da sua profissão.

Em uma tentativa de observar na prática como essas características e problemas estão presentes no discurso jornalístico, uma análise das capas de saúde da revista *Veja* foi realizada. Durante a seleção de matérias, mais critérios ligados ao possível valor mercadológico do conteúdo das publicações foram observados e uma discussão de gêneros ~~aeabou~~ fazendo parte do estudo. Longe de corresponder a toda riqueza de informações e profundidade de conclusões que uma análise mais meticulosa poderia ter oferecido, foi possível perceber como as fontes – e seus interesses mercadológicos sobre a prática jornalística – comandam de certa forma as pautas nessa editoria.

Aliado a isso, também foi possível verificar a falta de duas das essências da prática jornalística: a busca pelo contraditório e visão crítica. À ciência não deveria ser atribuída um valor de verdade absoluta, nem os meios de comunicação deveriam se colocar no papel de educadores que detêm o poder de massificar essa verdade. É preciso ter em mente que as descobertas científicas também são passíveis de contestação e existe toda uma cultura científica que defende seus interesses na hora da produção e divulgação do conhecimento científico. O verdadeiro papel do jornalista é o de crítico e não o de publicista. Logo, caberia ao jornalista atuar mais coerentemente com os preceitos básicos do jornalismo, trazendo pontos de vista variados sobre o que escreve e investigando mais sobre o que o que chega facilmente a suas mãos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, Wilson da Costa. *A cobertura de saúde na mídia brasileira: os sintomas de uma doença anunciada*. In: MELO, José M.; EPSTEIN, Isaac.; SANCHES, Conceição.; BARBOSA, Sergio. Orgs. *Mídia e saúde*. Adamantina, UNESCO/ UMESP/FAI, pp.671-91, 2001(a)

_____. *Jornalismo científico, lobby e poder*. Parcerias Estratégicas, n.13, p. 168- 200, dezembro 2001(b).

BURKETT, Warren. *Jornalismo Científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia Antiga*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988.

FARIA, Ricardo de M.. *Nossa história do Brasil: 7ª série do 1º grau*/ Ricardo de Moura Faria e Adhemar Martins Marques. Belo Horizonte: Editora Lê, 1984.

LAGE, Nilson. *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Sobre os Incomunicáveis*. Editora: Não Especificada - Ano: 1978 - Edição trimestral da FACHA, RJ. v.1 n.1 Janeiro/Março, 1978.

KUSCINSKY, Bernardo. *Jornalismo e saúde na era neoliberal*. Saúde e Sociedade. São Paulo. v.11 n.1 p. 95-103, 2002.

LUNGARZO, Carlos. *O que é ciência*, 2ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

MOYNIHAN, Ray. *Selling sickness : how the drug companies are turning us all into patients*. Australia: Allen & Unwin, 2005.

OLIVEIRA, Fabíola de. *Jornalismo Científico*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

PRIMON, A. L. de M.; JÚNIOR, L. G. de S.; ADAM, S. M.; BONFIM, T.E.. *História da ciência: da idade média à atualidade*. Psicólogo i n Formação, ano 4 , n.4 , p.35 - 51, j a n / d e z , 2000.

RAMOS, F. P.; NEVES, M. C. D.; CORAZZA, M. J.. *A ciência moderna e as concepções contemporâneas em discursos de professores-pesquisadores: entre rupturas e a continuidade*. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias v.10, n.1, p.84-108, 2011

RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008, 191p.

SAMPAIO-JORGE, Felipe. *Ciência um “mal” necessário?* Brazilian Journal of Biomotricity, v. 3, n. 3, p. XX, 2009.

SANTOS, Fátima dos. *Jornalismo Científico, a representação da ciência na mídia impressa a partir da análise dos jornais Estado de Minas e Folha de S. Paulo*. Monografia em Jornalismo do curso de jornalismo do Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH). Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Gislene da. *A prática do jornalismo e o universo das ciências*. Intercom XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, 2 a 6 setembro 2003

SINGH, Simon. *O último teorema de Fermat*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, volume 2*. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são, volume 1*. Florianópolis: Insular, 2005.

Vaz, Paulo; PORTUGAL, D. B.; *A nova “boa-nova”: marketing de medicamentos e jornalismo científico nas páginas da revista brasileira Veja*. In: Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, ano 9, v.9, n.26, p. 37-60, novembro, 2012

_____; POMBO, M.; PECLY, G.; *Fatores de risco na mídia*. In: Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v.11, n.21, p.145-63, jan/abr, 2007(a).

_____. *O sentido das notícias sobre saúde na cultura contemporânea* In: ECO-PÓS- v.10, n.1, pp.107-119, janeiro-julho, 2007(b).